



PLANO INTERMUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DOS CONCELHOS DE TORRES VEDRAS, ÓBIDOS E LOURINHÃ

2015-2017

Promotores:
Municípios de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã
Junho de 2015



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



ÍNDICE GERAL

Lista de Tabelas.....	2
Lista de Figuras	3
Lista de Gráficos.....	4
1. Introdução	7
2. Enquadramento	9
3. Estratégia Metodológica	12
4. Diagnóstico Intermunicipal	14
5. Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes.....	38
5.1. Estratégia e sua Operacionalização.....	38
5.2. Acompanhamento, Revisão e Avaliação	52
5.3. Modelo de Governação	75
6. Referências Bibliográficas e Eletrónicas	76
7. Anexos e Apêndices.....	77
Anexo 1 – Listagem de entidades parceiras	78
Anexo 2 – Listagem de entidades participantes no <i>focus group</i> de diagnóstico	79
Anexo 3 – Estrutura do inquérito por questionário aplicado a imigrantes	80
Anexo 4 – Termos de Referência (TdR) para a avaliação ex-post do Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes dos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã 2015-2017.....	101



Lista de Tabelas

Tabela 1

Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira nos municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras (2011-2001-1991)

Tabela 2

Problemas, necessidades e recursos para o acolhimento e integração de imigrantes - Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015)(*focus group*)

Tabela 3

Problemas, necessidades e recursos para o acolhimento e integração de imigrantes - Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015) (entrevistas)

Tabela 4

Dimensão Estratégica do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Tabela 5

Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Tabela 6

Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Tabela 7

Questões de avaliação do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)



Lista de Figuras

Figura 1

Estratégia metodológica para a elaboração do PIII, Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Figura 2

Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)



Lista de Gráficos

Gráfico 1

Sexo dos inquiridos

Gráfico 2

Composição do agregado familiar dos inquiridos

Gráfico 3

Motivo da imigração dos inquiridos

Gráfico 4

Situação perante o emprego dos inquiridos

Gráfico 5

Nacionalidade dos inquiridos

Gráfico 6

Tipo de emprego dos inquiridos

Gráfico 7

Motivo da situação de desempregado dos inquiridos

Gráfico 8

Escolaridade dos inquiridos

Gráfico 9

Conhecimento da língua portuguesa pelos inquiridos

Gráfico 10

Nível de satisfação dos inquiridos com o sistema de educação e formação português

Gráfico 11

Utilização do sistema nacional de saúde pelos inquiridos

Gráfico 12

Benefícios sociais por parte dos inquiridos

Gráfico 13

Nível de satisfação dos inquiridos com o sistema de saúde e proteção social português

Gráfico 14

Participação associativa dos inquiridos

Gráfico 15

Participação em ações de voluntariados pelos inquiridos

Gráfico 16

Cargos de dirigentes exercidos pelos inquiridos

Gráfico 17

Possibilidade votar em Portugal pelos inquiridos

Gráfico 18

Nível de satisfação dos inquiridos com a cidadania e participação cívica

Gráfico 19

Prática e fruição de cultura pelos inquiridos no país de origem

Gráfico 20

Prática e fruição de cultura pelos inquiridos em Portugal

Gráfico 21

Nível de satisfação dos inquiridos com o acesso à cultura

Gráfico 22

Tipo de habitação dos inquiridos

Gráfico 23

Nível de satisfação dos inquiridos com a habitação

Gráfico 24

Nível de satisfação dos inquiridos com os serviços de acolhimento e integração

Gráfico 25

Religião dos inquiridos

Gráfico 26

Áreas prioritárias de intervenção




1. Introdução


O Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) residentes nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) constitui o primeiro instrumento de planeamento, de âmbito supramunicipal, em matéria de acolhimento e integração da população imigrante, com particular destaque para a população com origem em países terceiros (não UE), envolvendo os três municípios.

Não obstante, importa sublinhar o histórico de trabalho operacional conjunto, cuja qualidade e resultados são amplamente conhecidos, e que se tem traduzido numa efetiva colaboração entre os três Centros Locais de Integração de Imigrantes e entre estes e um leque diversificado de serviços públicos e organizações privadas, traduzida em projetos conjuntos, na reprodução de boas práticas, bem como na possibilidade de reflexão e "tutoria" conjuntas.

Neste quadro, o presente documento representa um passo em frente em matéria de colaboração supramunicipal, na medida em que visa a definição de uma estratégia concertada de acolhimento e integração de imigrantes, respeitando as especificidades de cada território, o que permitirá otimizar recursos e estratégias, tornando estas últimas mais consequentes e impactantes. Este objetivo teve eco, desde logo, na metodologia adotada para a elaboração do Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) e terá continuidade na forma como será operacionalizado no triénio em que estará em vigor (2015-2017).

O documento encontra-se organizado em quatro capítulos, para além da presente introdução, referências bibliográficas e eletrónicas e, ainda, anexos:

- 
- **Enquadramento** - a exposição dos objetivos do fundo cofinanciador e os principais desígnios nacionais em matéria de acolhimento e integração de imigrantes;
 - **Estratégia metodológica** - clarificação das opções metodológicas para o processo de recolha, tratamento e análise de informação relevante;
 - **Diagnóstico intermunicipal** - explanação das dinâmicas socioeconómicas dos três territórios, recenseamento dos problemas e necessidades específicas da população imigrante e identificação dos recursos, locais e regionais, atualmente disponíveis;

- 
- **Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes** - identificação das dimensões estratégicas (objetivos estratégicos, indicadores e estratégias) e operacionais (objetivos operacionais, medidas concretas, metas, indicadores e responsáveis por cada uma dessas medidas) do PIII, em função do diagnóstico, para o horizonte temporal 2015-2017. Neste capítulo é, ainda, desenhado o processo de acompanhamento e avaliação do plano bem como a sua arquitetura de governação.

Por último, cumpre destacar que o processo de elaboração do PIII (2015-2017) foi cofinanciado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e contou com o apoio do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), entidade delegada para a gestão do referido fundo e principal agência pública responsável pelas políticas nacionais de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.

2. Enquadramento

O Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017 enquadra-se no âmbito de uma candidatura ao Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros - FEINPT (Programa anual 2013), ainda que beneficie da experiência adquirida em candidaturas a programas anteriores. Deste modo, os objetivos e âmbito do FEINPT são basilares em termos de alinhamento estratégico para este PIII:

“O Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) tem o objetivo central de apoiar os esforços realizados pelos estados-membros para facilitar, aos nacionais de países terceiros, sobretudo os recém-chegados, oriundos de diferentes contextos económicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e étnicos, a integração nas sociedades europeias e a obtenção de melhores condições de residência.” (ACM)

Reconhecendo que a integração se faz a nível local, a Comissão Europeia recomenda que “os estados-membros promovam mais políticas de integração ao nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governação (nacional, regional e local) e promovam a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando boas práticas” (ACM).

Todavia, a realidade migratória de Portugal, ao nível local, não tem permanecido inalterada; tem sido impactada, ao longo dos últimos anos, por vários fatores, dos quais se destacam a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura de mercados e respetiva globalização económica, e os efeitos demográficos.

Estes fluxos têm apresentado, em Portugal, uma variabilidade significativa ao longo dos últimos anos, com aumento da população estrangeira residente entre os anos de 2000 e 2010. Os fluxos migratórios de saída permaneceram constantes até 2008, altura em que tiveram um acréscimo assinalável. A partir de 2010, acumulando o saldo natural negativo com um decréscimo de saldo migratório, o saldo populacional tem sido negativo; as imigrações deixaram de conseguir compensar a perda populacional em resultado das tendências demográficas negativas.

É neste contexto, de maior exigência ao nível demográfico, económico e social, que se releva a importância da estratégia articulada do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), assente em políticas que possibilitem a máxima rentabilização dos recursos disponíveis. O PEM (2015-2020),

promulgado por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, apresenta 5 eixos principais:

i. Eixo I - Políticas de integração de imigrantes:

Os objetivos deste eixo visam a consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos imigrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural e religiosa, o reforço da mobilidade social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum.

ii. Eixo II - Políticas de promoção da integração dos novos nacionais

Os objetivos deste eixo têm em vista o reforço de medidas de promoção da integração e inclusão dos novos nacionais, nomeadamente dos descendentes de imigrantes e de todos aqueles que entretanto acederam à nacionalidade portuguesa, através de ações nos domínios da educação, formação profissional, transição para o mercado de trabalho, participação cívica e política, inclusão digital, empreendedorismo e capacitação.

iii. Eixo III - Políticas de coordenação dos fluxos migratórios

Os objetivos deste eixo dirigem-se à valorização e promoção internacional de Portugal enquanto destino de migrações, através de ações nacionais e internacionais de identificação, captação e fixação de migrantes, contribuindo para uma gestão mais adequada e inteligente dos fluxos migratórios e para o reforço da atração e circulação de talento e capital humano.

iv. Eixo IV - Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios

Os objetivos deste eixo prendem-se com o reforço da capacidade de intervenção transversal na execução da política migratória, através do aprofundamento da rede de parcerias com entidades públicas e privadas, do enquadramento e acompanhamento dos potenciais migrantes, do recurso a ferramentas eletrónicas, da flexibilização dos procedimentos de entrada e da afirmação de uma cultura reforçada de qualidade e de boas práticas na prestação dos serviços migratórios.

v. Eixo V - Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes

Os objetivos deste eixo visam ações e programas, em articulação estreita com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que promovam, acompanhem e apoiem o regresso de cidadãos nacionais emigrados no estrangeiro ou o reforço dos seus laços de vínculo a Portugal, contribuindo por essa via para a reversão do movimento emigratório de cidadãos portugueses para o estrangeiro.

O desenvolvimento de ações eficazes e eficientes, em torno destes 5 eixos estratégicos, apenas é possível através de um trabalho conjunto e devidamente articulado entre os diferentes atores locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, é essencial pensar e definir estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades públicas e privadas, especialmente a nível local, tendo em conta a especificidade de cada território.

Desta forma, a Ação IV do FEINPT (Programa 2014-2015) vem promover o desenvolvimento de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes, a desenvolver pelas autarquias, onde se justifique a “implementação de projetos desta natureza e que concorram para a execução dos objetivos do FEINPT, definidos na legislação comunitária e nacional e nos respetivos documentos programáticos, no alinhamento do potencial de gestão das migrações, fundamental para o desenvolvimento local, tanto ao nível económico, como social e cultural”.

Evidencia-se, assim, a interligação entre o atual Plano Estratégico para as Migrações (PEM) e o Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes, providenciando ações de resposta ao nível local, para os objetivos contidos no Eixo I do PEM (Eixo I - Políticas de integração de imigrantes).

3. Estratégia Metodológica

O Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) residentes nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) foi elaborado com base numa estratégia metodológica integrada, que visou conferir robustez e credibilidade aos resultados apresentados, quer em matéria de diagnóstico quer em matéria de planeamento.

Tendo por referência a reconhecida complexidade dos fenómenos de integração de imigrantes na sociedade de acolhimento, bem como a dispersão dos recursos existentes (públicos e privados), foi gizada uma estratégia metodológica multi-método, com o objetivo de agregar instrumentos de índole qualitativa e quantitativa, segundo uma lógica de triangulação de informação.

Esta opção encontra acolhimento no atual debate epistemológico sobre a adequabilidade de estratégias agregadas de pesquisa social, que visa mitigar as limitações e potenciar as mais-valias dos métodos qualitativos e quantitativos.

No âmbito da pesquisa qualitativa, foram implementadas as seguintes opções relacionadas com a recolha, sistematização, tratamento e análise de dados: i) entrevista semiestruturada a interlocutores privilegiados; ii) análise documental (*benchmarking*); iii) análise de conteúdo (MaxQDA); iv) discussão em grupo (*focus-group*); v) reunião de validação; vi) *peer review* (Planos Municipais de Integração de Imigrantes apoiados no quadro do FEINPT); vii) reunião de divulgação.

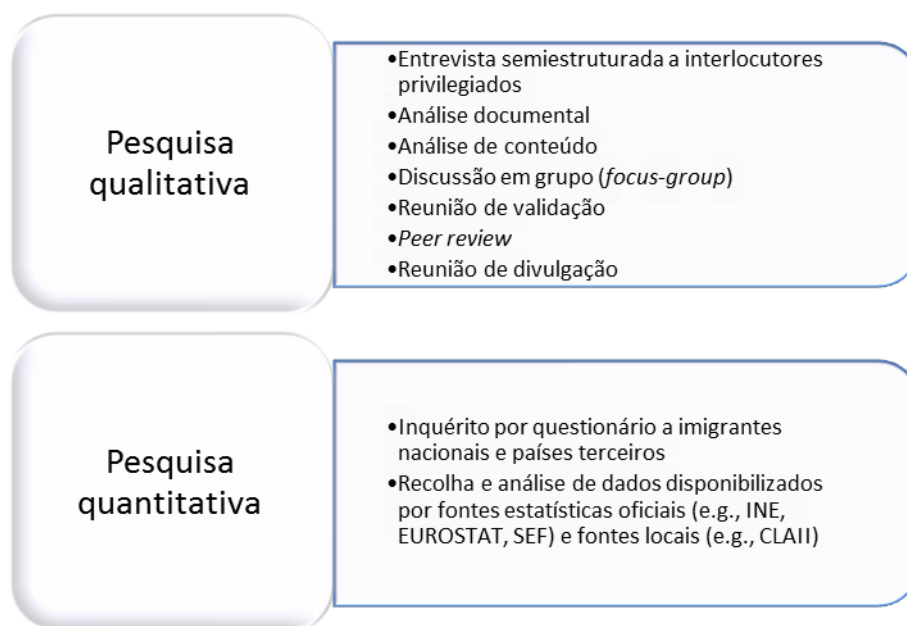
No âmbito da pesquisa quantitativa, foram acionadas as seguintes técnicas: i) inquérito por questionário a imigrantes e serviços públicos; ii) recolha e análise de dados disponibilizados por fontes estatísticas oficiais (e.g., INE, EUROSTAT, SEF) e fontes locais (e.g., CLAI).

A informação recolhida revelou-se profícua, permitindo superar as limitações claras do sistema estatístico nacional e facilitando a construção da bateria de indicadores que alimentará o processo de monitorização e avaliação do PIII 2015-2017.

Permitiu, igualmente, produzir mais-valias locais e sub-regionais ao nível de uma perceção agregada e não individualizada do fenómeno da integração de imigrantes nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã.

Os anexos metodológicos disponibilizam informação detalhada sobre os instrumentos de recolha de informação utilizados, designadamente: guião de entrevista; estrutura dos inquéritos por questionário; lista de documentos consultados; lista de entidades participantes nos *focus group*.

Figura 1: Estratégia metodológica para a elaboração do PIII
Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)



2. Diagnóstico Intermunicipal

Situados no litoral oeste do território continental, os concelhos de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras, apresentam, além da proximidade geográfica, realidades e tendências socioeconómicas similares e desafios e respostas análogas em matéria de acolhimento e integração de imigrantes.

De acordo com os censos de 2011, os três concelhos integram um total de 116 972 habitantes (25 735 no concelho de Lourinhã, 11 772 no concelho de Óbidos e 79 465 no concelho de Torres Vedras), 4 607 dos quais são imigrantes, sendo que: 71% correspondem ao concelho de Torres Vedras, 22% ao concelho da Lourinhã e 7% a Óbidos. Assim, a percentagem de população imigrante nos três concelhos distribui-se da seguinte forma - Torres Vedras e Lourinhã 4,1% cada e Óbidos 2,7%. Esta proporção fica claramente acima dos valores registados para a região do Oeste (3,9%), bem como para o país (3,7%) e regista um claro e inequívoco crescimento do peso da população imigrante no total de residentes em qualquer um dos três concelhos.

Tabela 1 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira nos Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras (2011, 2001 e 1991) - %

	2011	2001	1991
Portugal	3,74	2,24	1,09
Oeste	3,92	1,60	0,66
Lourinhã	4,11	1,65	0,78
Óbidos	2,74	1,43	0,78
Torres Vedras	4,06	1,28	0,46

FONTE: INE, Censos da População 1991, 2001 e 2011

De acordo com os dados relativos aos atendimentos da Plataforma CLAII do ACM, I.P., no que se refere à expressão por nacionalidade, em 2014, a brasileira assume um papel preponderante em Torres Vedras, a Ucrânia em Óbidos e Lourinhã. A maioria dos indivíduos encontra-se em idade ativa, não existindo diferenças visíveis entre sexos. Apesar desta representatividade as únicas respostas existentes, exclusivamente direcionadas para integração de imigrantes, resultam da parceria entre o ACM, I.P. e as autarquias locais, surgindo os CLAII de Óbidos (2003), Lourinhã (2004) e Torres Vedras (2008).

Tal como previsto na estratégia metodológica, foi aplicada um inquérito por questionário à população imigrante residente nos três concelhos, tendo sido possível recolher 90 respostas validadas. Os resultados obtidos dizem apenas respeito a esta amostra, na medida em que a mesma não é representativa da população imigrante, motivo pelo qual não é possível extrapolar para a população. Ainda assim, considera-se que esta amostra por conveniência traduz uma leitura bastante fidedigna da realidade supramunicipal, fruto do elevado número de respostas, bem como do cruzamento com resultados advindos de outras fontes de informação.

Neste contexto, foram inquiridos 91 imigrantes, a maioria dos quais do sexo feminino (62%) e com uma média de idades de 39 anos. Do ponto de vista da composição do agregado familiar, a maioria dos inquiridos vive com cônjuges e/ou filho(s) (37%), imigrou por motivos de trabalho (72%) e encontra-se em situação de emprego (60%).

Gráfico 1 - Sexo dos inquiridos

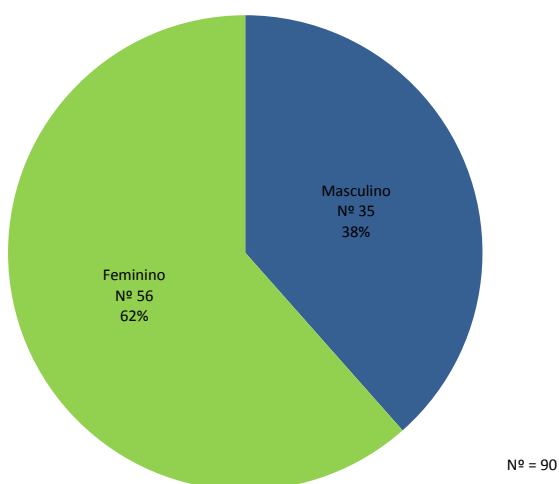


Gráfico 2 - Composição do agregado familiar dos inquiridos

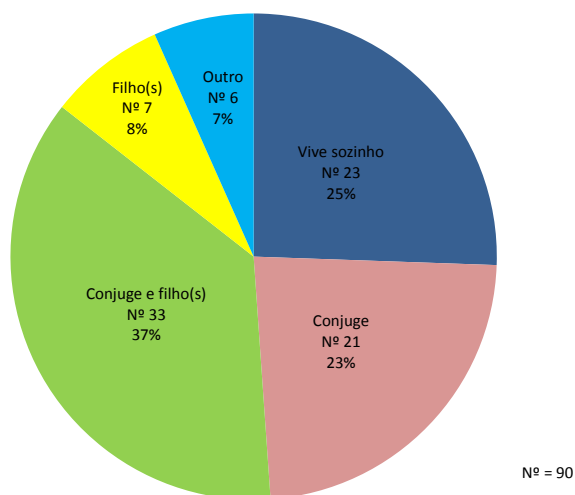


Gráfico 3 - Motivo da imigração dos inquiridos

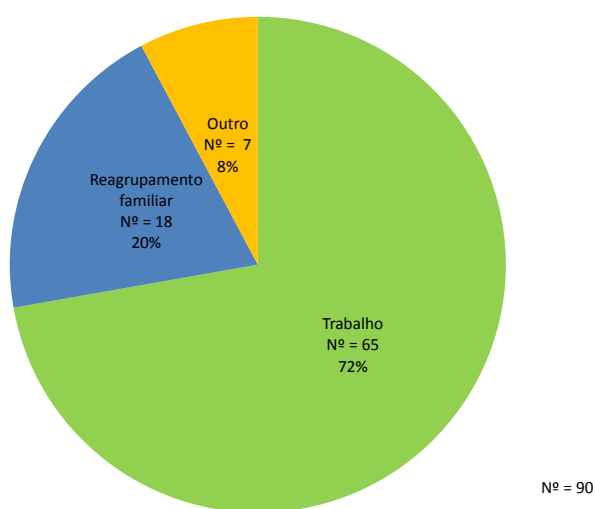
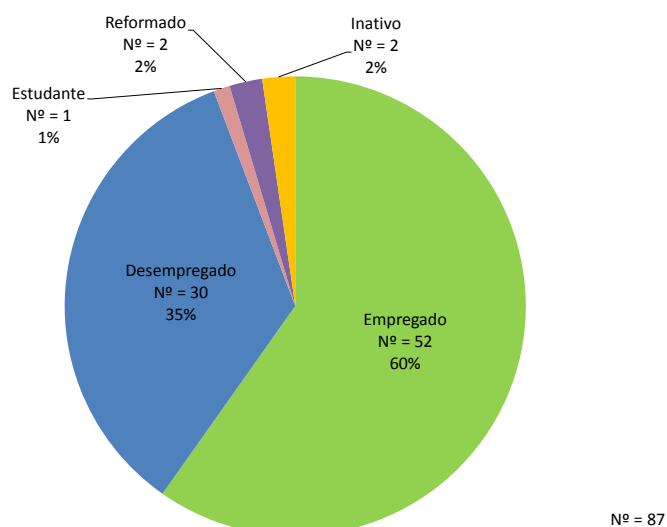
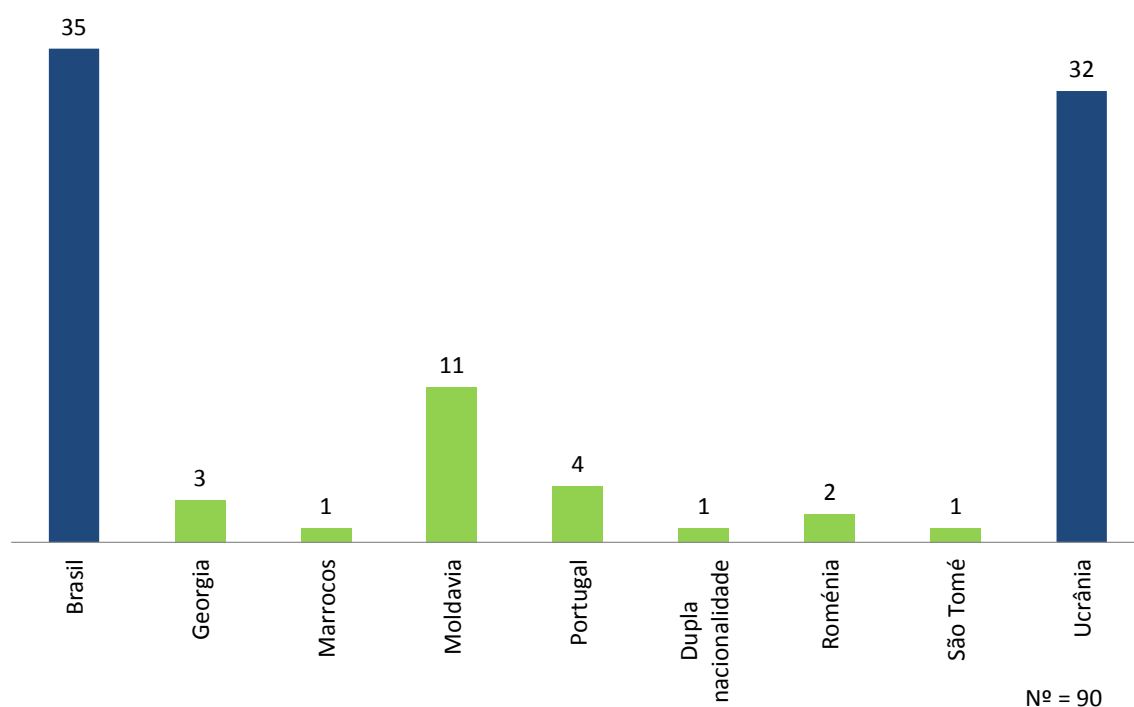


Gráfico 4 - Situação perante o emprego dos inquiridos



Em matéria de nacionalidade e naturalidade, a maioria dos inquiridos são sobretudo nacionais do Brasil (39%) e Ucrânia (36%), sendo as demais nacionalidades pouco expressivas. No que se prende com o ano de chegada a moda diz-nos que foi o ano de 2001 aquele em que mais imigrantes entraram em Portugal (16% dos inquiridos).

Gráfico 5 - Nacionalidade dos inquiridos



Os inquiridos foram questionados relativamente a vários temas, sendo de destacar os seguintes resultados:

Mercado de trabalho e empreendedorismo

A maioria dos inquiridos é trabalhadora por conta de outrem (64%). Do total de desempregados (33), o principal motivo para o despedimento foi o ter sido despedido (43%) e o fim de trabalho não permanente (36%).

Gráfico 6 - Tipo de emprego dos inquiridos

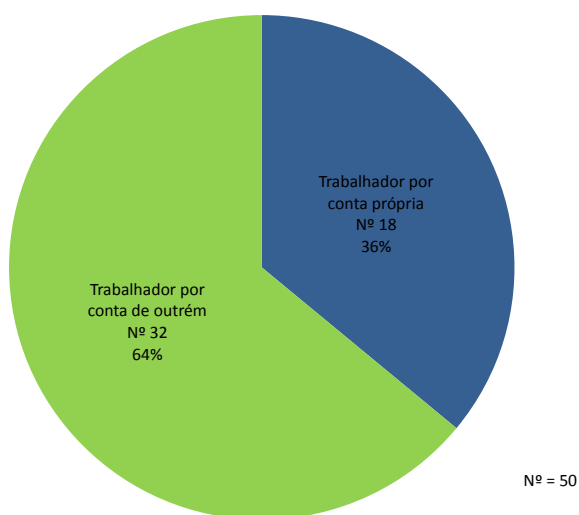
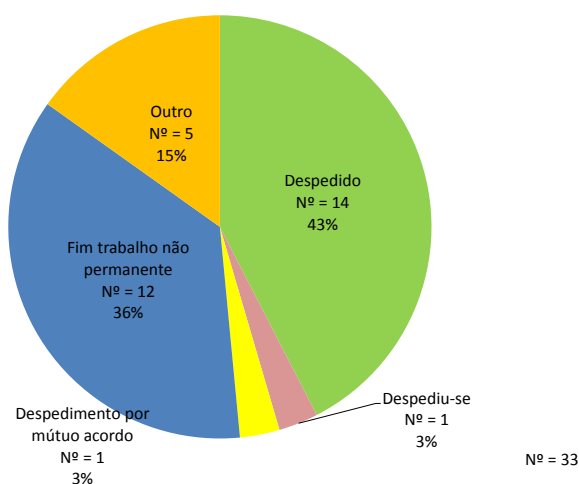


Gráfico 7 - Motivo da situação de desempregado dos inquiridos



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação laboral (78,4%). Ainda assim, 19 inquiridos referem que sim (21,6%), afirmando que existem discriminações ao nível da remuneração, do vínculo contratual e do motivo para o despedimento.

Excertos

“As portuguesas discretamente mandam bocas às brasileiras, e no primeiro ano tive uma idosa cliente que disse que os brasileiros não sabem falar”; “Fui despedida por estar de baixa médica”; “Fui discriminada no trabalho, pelos colegas. Faz diferença no ordenado. Fui despedida de um patrão onde trabalhava há 2 anos e oito meses, sem assinar a rescisão”; “O meu patrão já manifestou alguns comportamentos discriminatórios, costuma cumprir com o contrato. Mas quando se zanga verbaliza algumas coisas discriminatórias (vai para a tua terra, são todos iguais, todos ladrões)”; “Alguns portugueses ou estrangeiros tentam que faça trabalhos mais duros, por estar há menos tempo na empresa”

Educação, formação e língua portuguesa

A maioria dos inquiridos detém o ensino secundário (33,7%) e tem um conhecimento suficiente da língua portuguesa.

Gráfico 8 - Escolaridade dos inquiridos

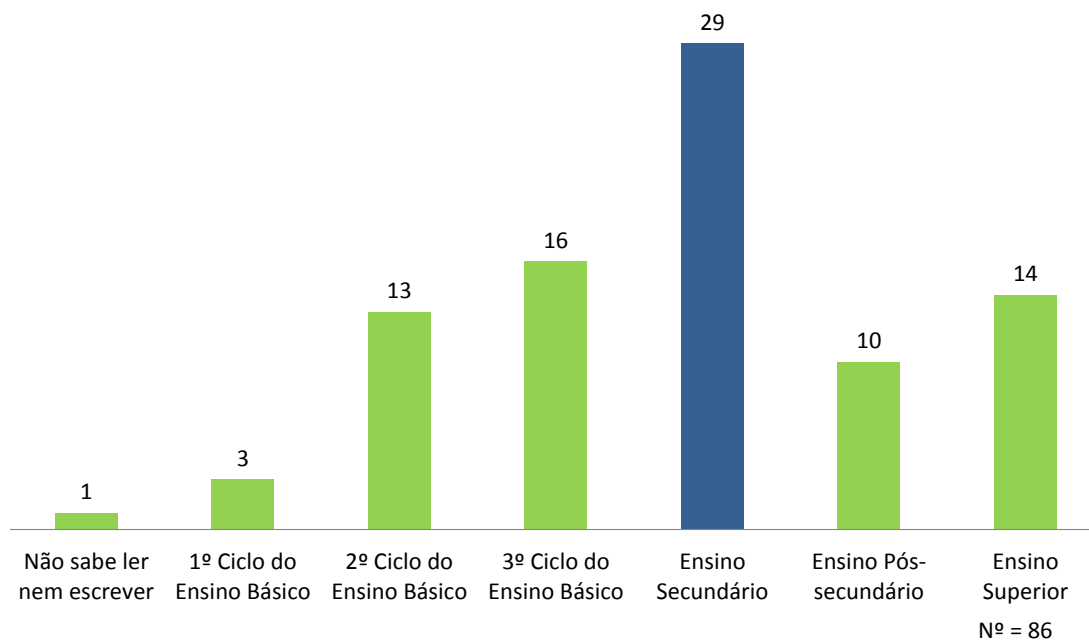
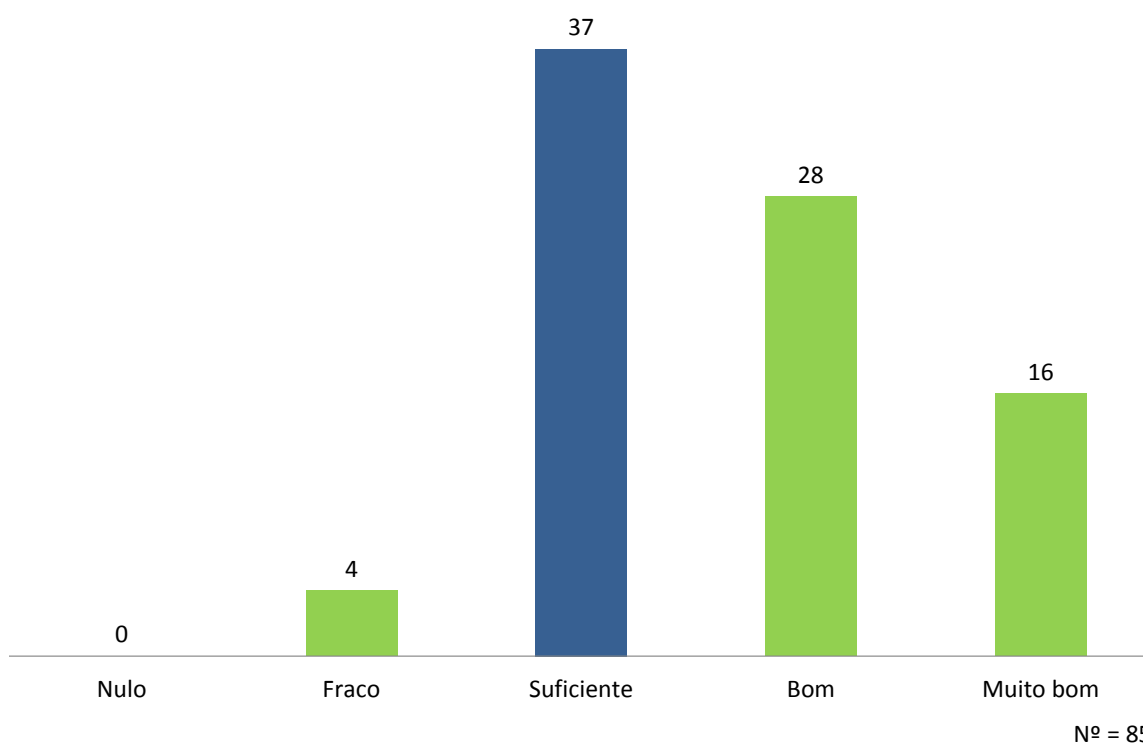


Gráfico 9 - Conhecimento da língua portuguesa pelos inquiridos



Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao sistema de educação e formação português, os inquiridos estão particularmente satisfeitos com o acesso a formação em língua portuguesa. Em sentido oposto está o nível de satisfação com os apoios específicos na área da educação e formação (eg. bolsas).

Gráfico 10 - Nível de satisfação dos inquiridos com o sistema de educação e formação português



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (90,7%) no sistema de educação e formação português. Ainda assim, 8 inquiridos referem que foram discriminados (9,3%), afirmando que existem discriminações ao nível do tratamento entre colegas (adolescentes) em contexto escolar, bem como de processos de formação fictícios.

Excertos

“Já fui alvo de discriminação no sistema, não pelos professores, mas pelos colegas. Por exemplo, nós sabemos mais, porque foi os portugueses que descobriram o vosso país, em fim, mas eu penso que isso acontece em todo o mundo”; “Por não saber falar com uma pessoa mais próxima, uma frase completa sempre o tratando pela 2ª pessoa.”; “Não fui alvo diretamente, mas a minha filha de 13 já foi alvo de discriminação. Foi agredida fisicamente e ameaçada por colegas.”

Saúde e proteção social

A maioria dos inquiridos já foi utente do sistema nacional de saúde (71%) e não beneficiou até à data de qualquer benefício social (67%).

Gráfico 11 - Utilização do sistema nacional de saúde pelos inquiridos

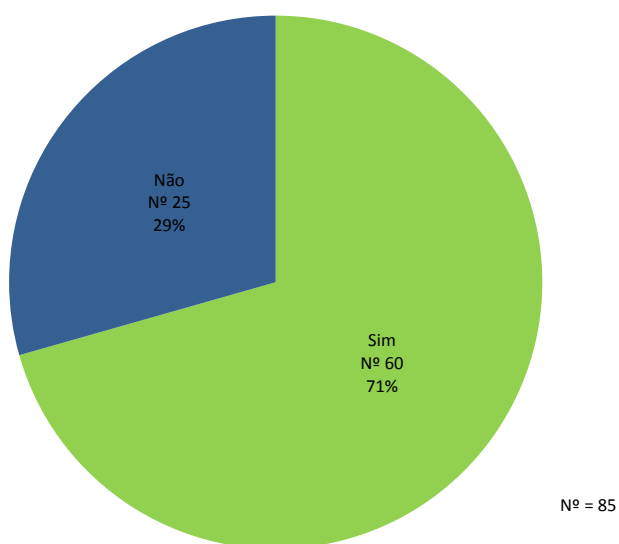
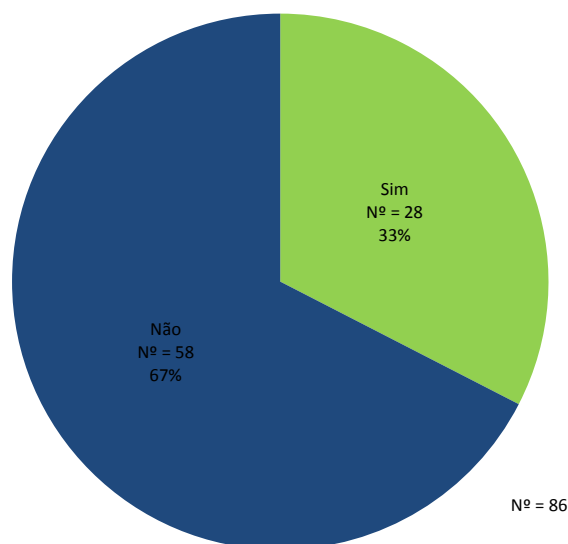
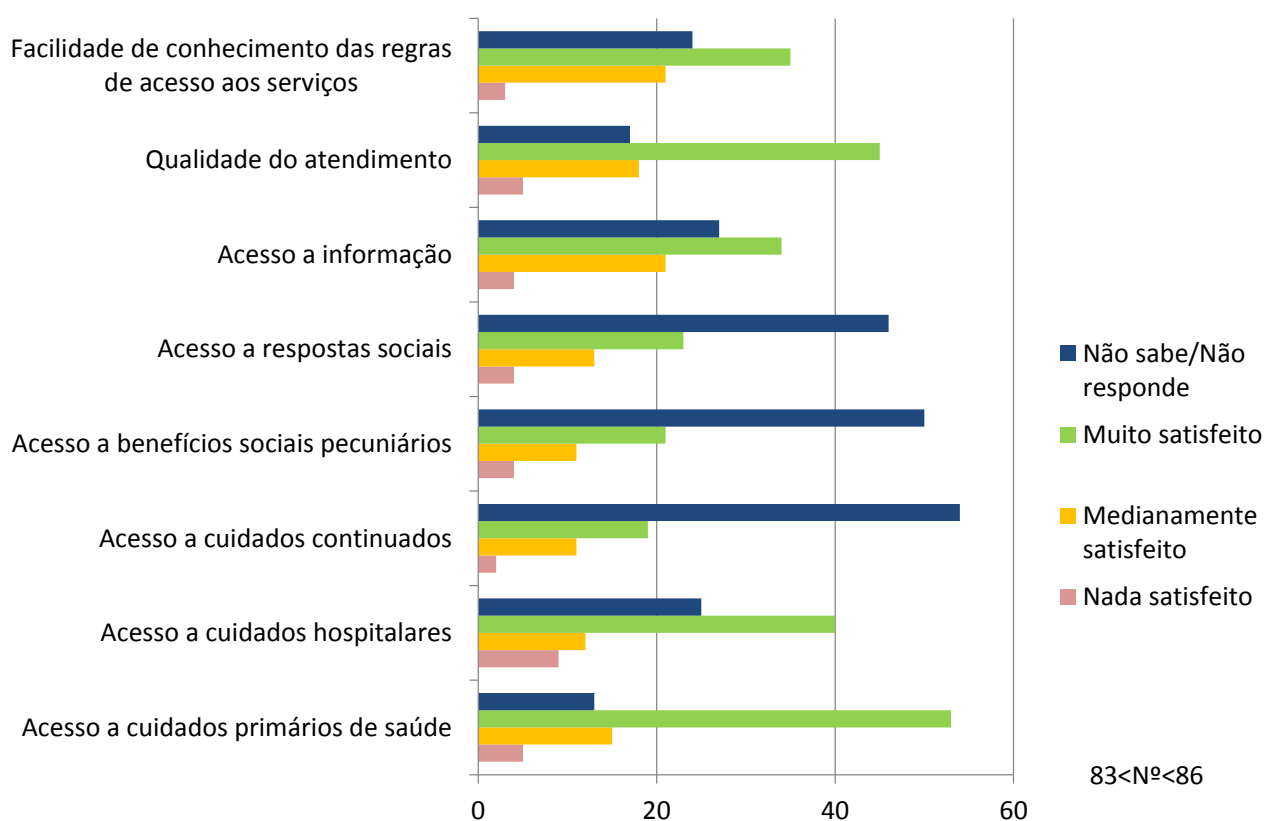


Gráfico 12 - Benefícios sociais por parte dos inquiridos



Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao sistema de saúde e proteção social, os inquiridos estão particularmente satisfeitos com o acesso a cuidados primários de saúde. Em sentido oposto está o nível de satisfação com os cuidados continuados e com o acesso a benefícios sociais pecuniários.

Gráfico 13 - Nível de satisfação dos inquiridos com o sistema de saúde e proteção social português



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (93%) no sistema de saúde e proteção social. Ainda assim, 6 inquiridos referem que foram discriminados (7%), afirmando que existem discriminações ao nível dos serviços.

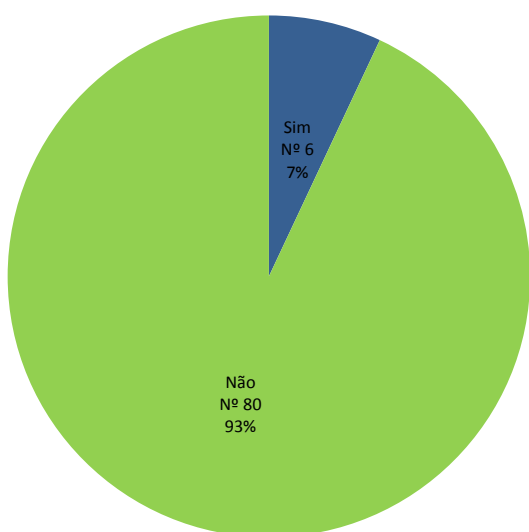
Excertos

“Relativamente a proteção social, quando fiquei sem casa recorri a segurança social para conseguir uma casa, me disseram que não tinha direito”; “Sim, e muitos não se preocupam com a saúde do próximo. Tenho um bebé de 5 anos e até hoje não tenho médico de família”; “Falta de comunicação, não chega a ser discriminação”; “Já fui discriminada na Segurança Social. Uma vez tive dívidas na Segurança Social e não me apoiaram em Ação Social, mas a uma amiga portuguesa apoiaram. Achei estranho porque tínhamos o mesmo problema e uma foi apoiada e outra não.”

Cidadania e participação cívica

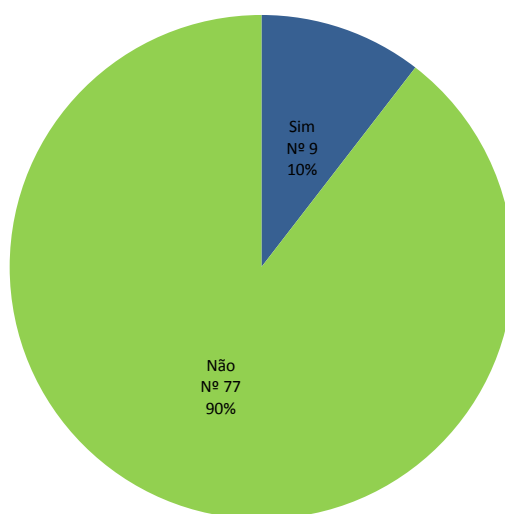
A maioria dos inquiridos não pertence a qualquer associação - de imigrantes, cultural, de recreio, desportiva, etc. (93%), não desenvolve ações de voluntariado (90%), não é dirigente de qualquer entidade (98%) e não tem possibilidade de votar (80%).

Gráfico 14 - Participação associativa dos inquiridos



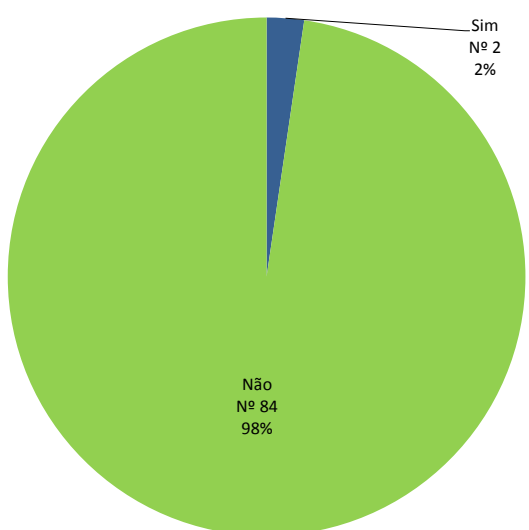
Nº = 86

Gráfico 15 - Participação em ações de voluntariados pelos inquiridos



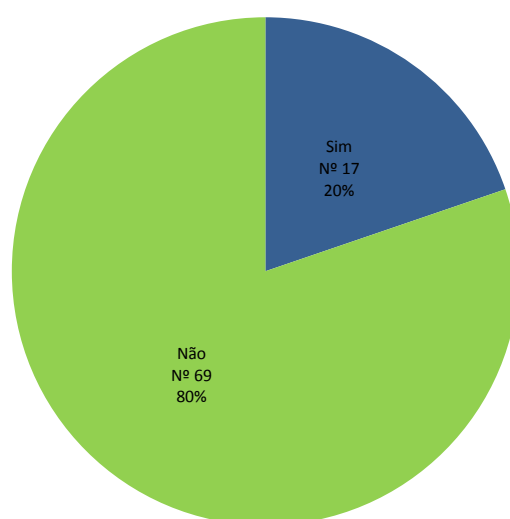
Nº = 86

Gráfico 16 - Cargos de dirigentes exercidos pelos inquiridos



Nº = 86

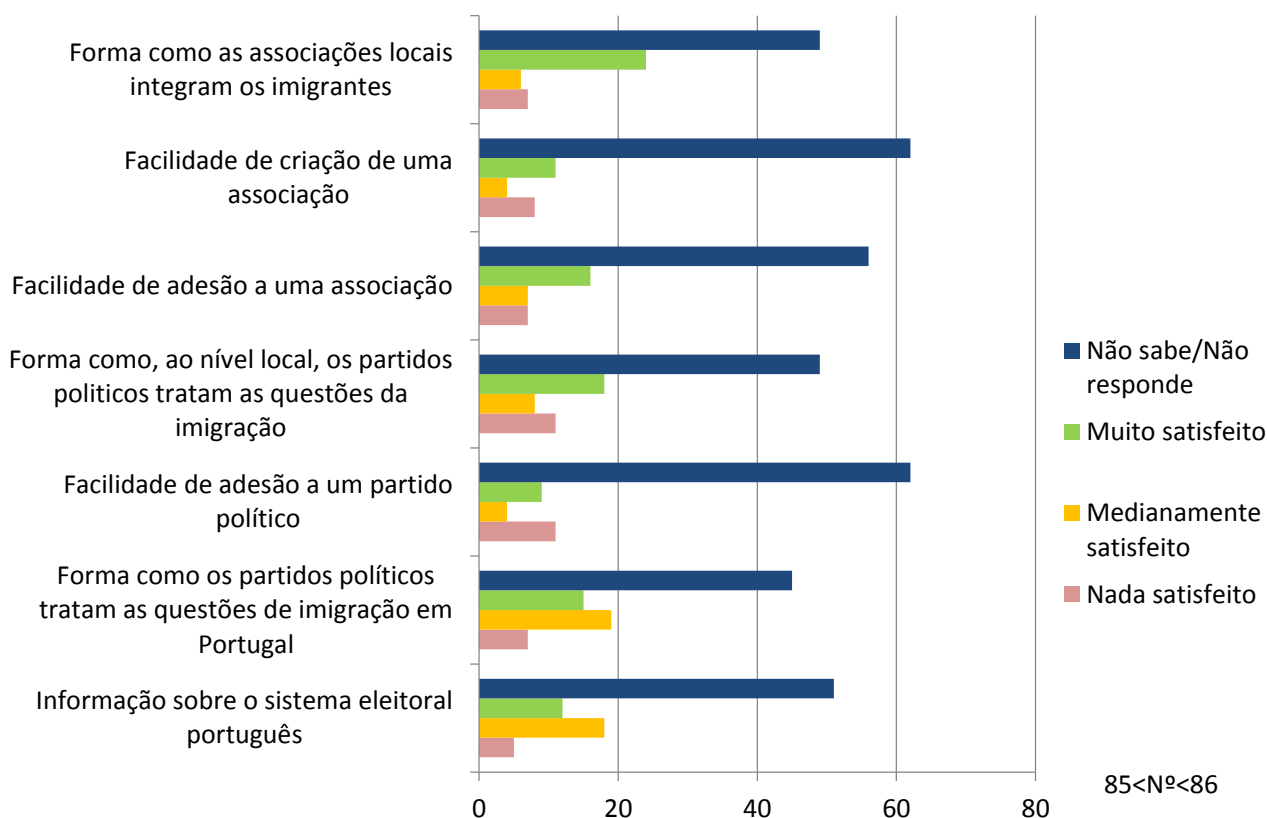
Gráfico 17 - Possibilidade votar em Portugal pelos inquiridos



Nº = 86

Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao tema da cidadania e participação cívica, os inquiridos estão satisfeitos com a forma como as associações locais integram os imigrantes. Em sentido oposto está o nível de satisfação com a facilidade de adesão a um partido político e a facilidade de criação de uma associação.

Gráfico 18 - Nível de satisfação dos inquiridos com a cidadania e participação cívica



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (94,2%) em matéria de cidadania e participação cívica. Ainda assim, 5 inquiridos referem que foram discriminados (5,8%), afirmando que existem discriminações ao nível do relacionamento interpessoal.

Excertos

“Foi de entrada no BI do meu filho, e foi muito mal atendido Motivo “Brasileiro” Obs. a criança nasceu aqui em 2009”; “Sim, sinto-me discriminada, a mentalidade das pessoas é muito pequenina. Muitas das vezes sinto que existem pessoas que me conhecem mas não me falam na rua por ser brasileira”; “As minhas colegas no trabalho falam sobre a questão da guerra no meu país de origem, como forma de discriminar. Tu tens guerra, nós não.”

Cultura

A maioria dos inquiridos não praticava nem usufruía regularmente de atividades culturais no seu país de origem nem em Portugal. No entanto, sublinha-se a significativa redução da prática e fruição cultural em Portugal.

Gráfico 19 - Prática e fruição de cultura pelos inquiridos no país de origem

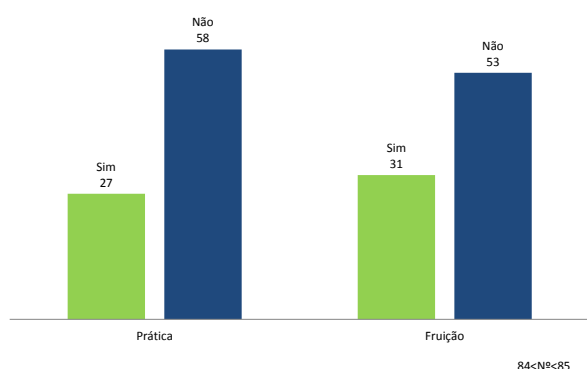
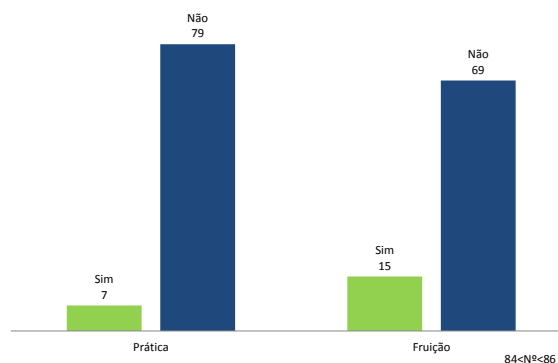
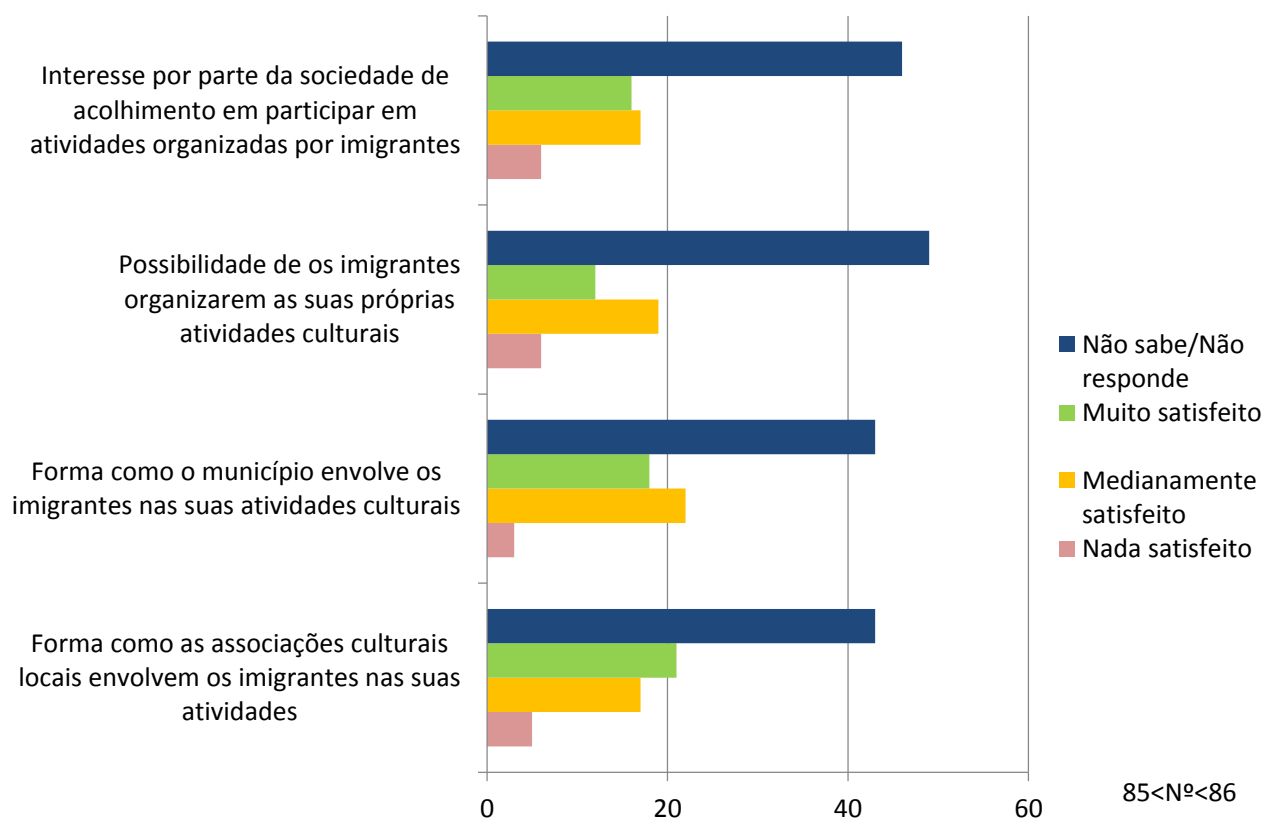


Gráfico 20 - Prática e fruição de cultura pelos inquiridos em Portugal



Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao tema da cultura, os inquiridos estão mais satisfeitos com a forma como as associações culturais envolvem os imigrantes nas suas atividades. Em sentido oposto está o nível de satisfação com a possibilidade de os imigrantes organizarem as suas próprias atividades culturais.

Gráfico 21 - Nível de satisfação dos inquiridos com o acesso à cultura

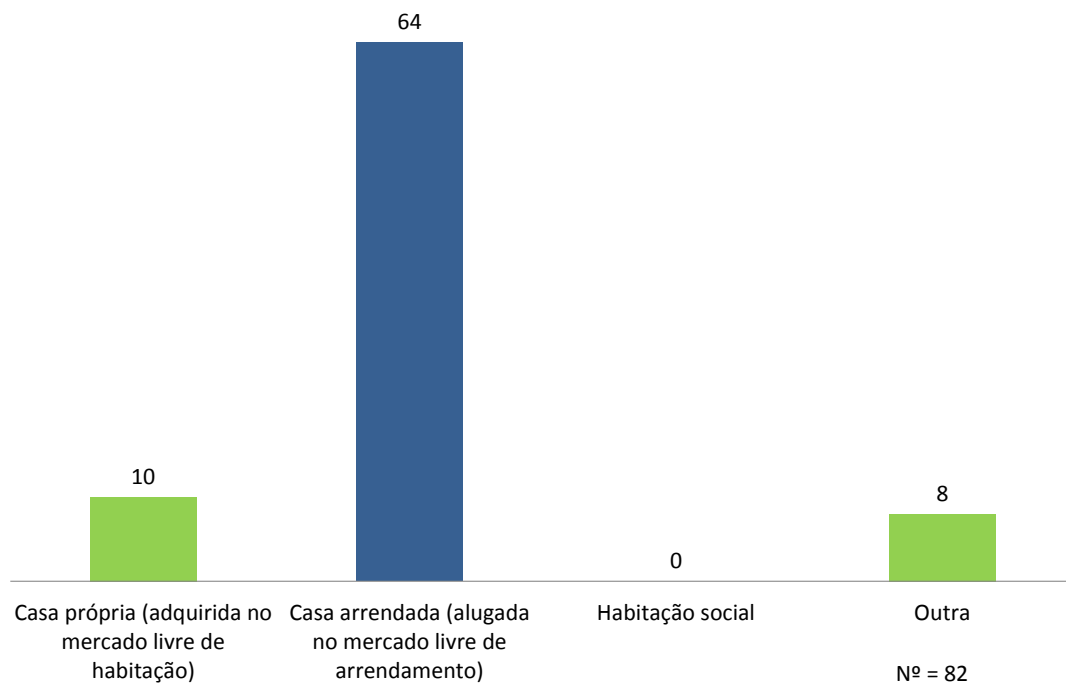


Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (98,8%), sendo que apenas 1 inquirido refere que foi discriminado.

Habitação

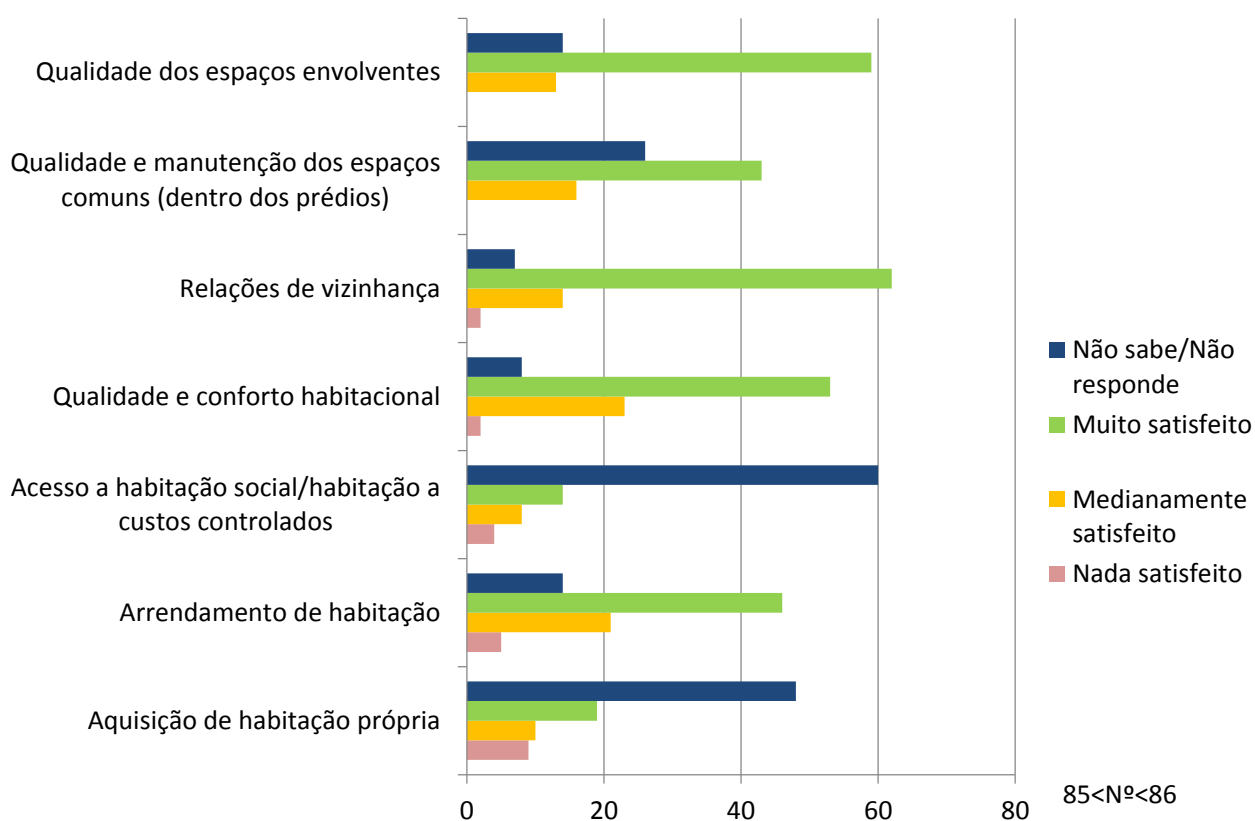
A maioria dos inquiridos vive em casa alugada no mercado livre de arrendamento (78%).

Gráfico 22 - Tipo de habitação dos inquiridos



Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao tema da habitação, os inquiridos estão particularmente satisfeitos com as relações de vizinhança e a qualidade dos espaços envolventes. Em sentido oposto está o nível de satisfação com o acesso a habitação social/habitação a custos controlados e a aquisição de habitação própria.

Gráfico 23 - Nível de satisfação dos inquiridos com a habitação



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (83,5%) em matéria de habitação. Ainda assim, 14 inquiridos referem que foram discriminados (16,5%), afirmando que existem discriminações ao nível dos processos de arrendamento.

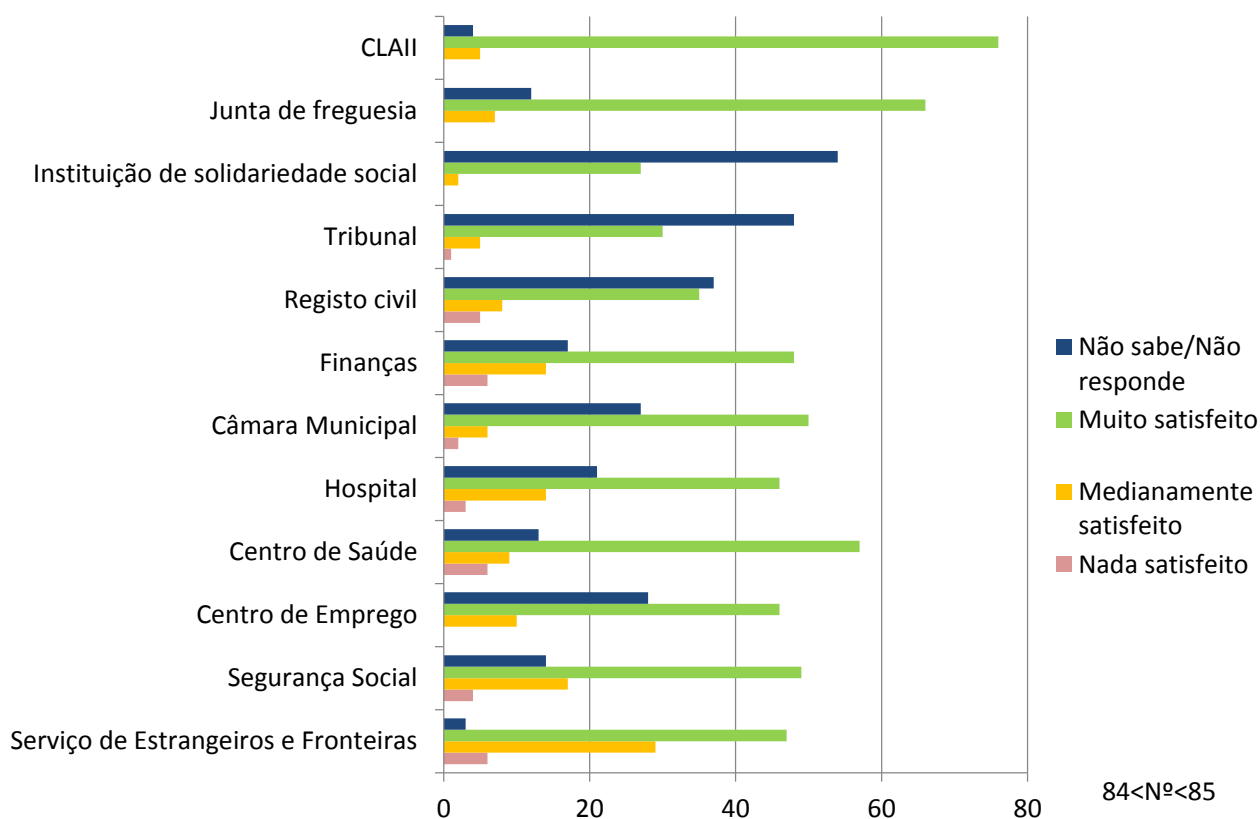
Excertos

“Sempre que atendem o telefone e ouvem pronúncia brasileira, dizem que a casa já está arrendada”; “O motivo ser Brasileiro”; “Quando procurava um espaço comercial e entrava em contacto direto com o senhorio do espaço, quando via que eu era brasileira inventava mil desculpas para não arrendar o espaço”; “Por ser estrangeiro tive dificuldade em arranjar casa para alugar, houve pessoas que não queriam alugar a casa para estrangeiros”; “Os portugueses não gostam de alugar casa a brasileiros, isso quando eu cheguei em Portugal. Porque agora com essa crise já não andam se dando ao luxo de dispensar um inquilino”; “Já fui discriminada, pela imobiliária que não queria arrendar o apartamento por ser brasileira”; “Fui arrendar casa mas o senhorio disse que era 850€, por dois quartos e uma cozinha. Depois soube que a casa foi arrendada por 250€ a um português.”

Acolhimento e integração

Quanto ao nível de satisfação dos inquiridos face a um conjunto de itens relativos ao tema do acolhimento e integração, os inquiridos estão particularmente satisfeitos com os CLAI e as Juntas de Freguesia. Em sentido oposto está o nível de satisfação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Centro de Emprego. De sinalizar que existem serviços que parecem ser pouco utilizados pelos imigrantes, avaliando o número elevado de não respostas: as instituições particulares de solidariedade social, o tribunal e o registo civil.

Gráfico 24 - Nível de satisfação dos inquiridos com os serviços de acolhimento e integração



Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (92,9%) em matéria de habitação. Ainda assim, 6 inquiridos referem que foram discriminados (7,1%), afirmando que existem discriminações do tratamento nos serviços.

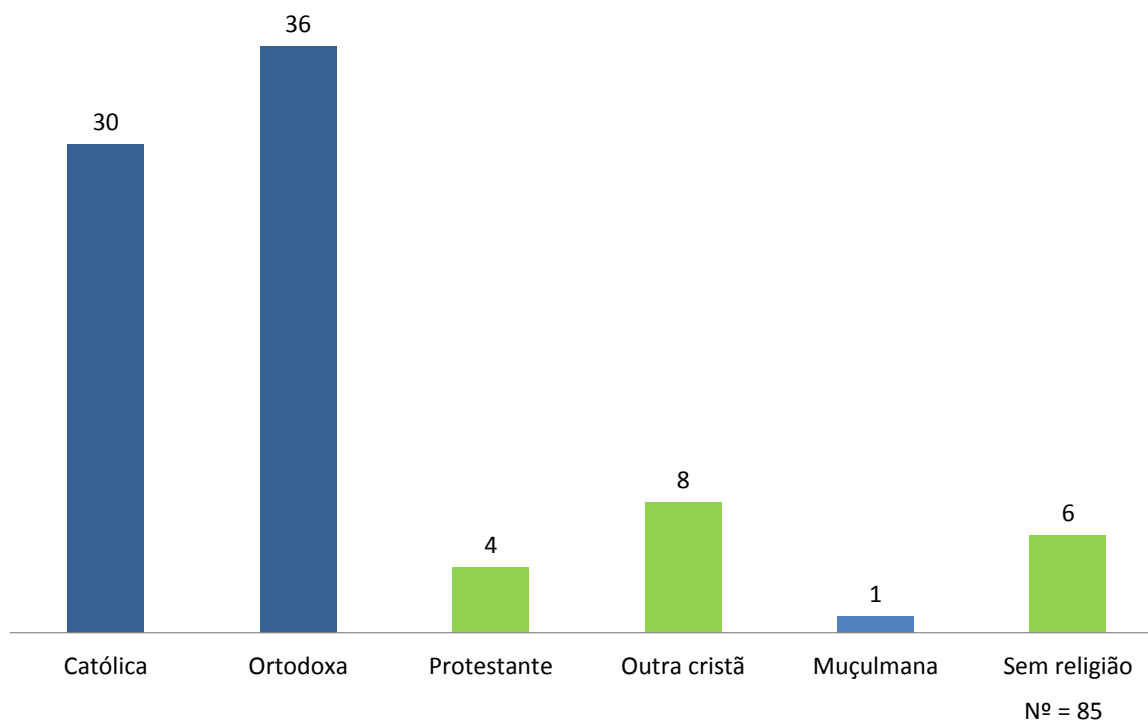
Excertos

“Propriamente discriminado não diria, mas alguns serviços tratam mal os imigrantes. Não esclarecem os assuntos de forma correta”; “As falhas anteriores referem-se a questões de comunicação de uma forma geral e não de discriminação.”; “No SEF o mau atendimento deve-se a um processo de discriminação”; “Segurança social - apoio judiciário”

Religião

A maioria dos inquiridos é de religião ortodoxa (42,4%) logo seguida da religião católica (35,3%) e considera que existem locais de culto adequados (84,4%).

Gráfico 25 - Religião dos inquiridos



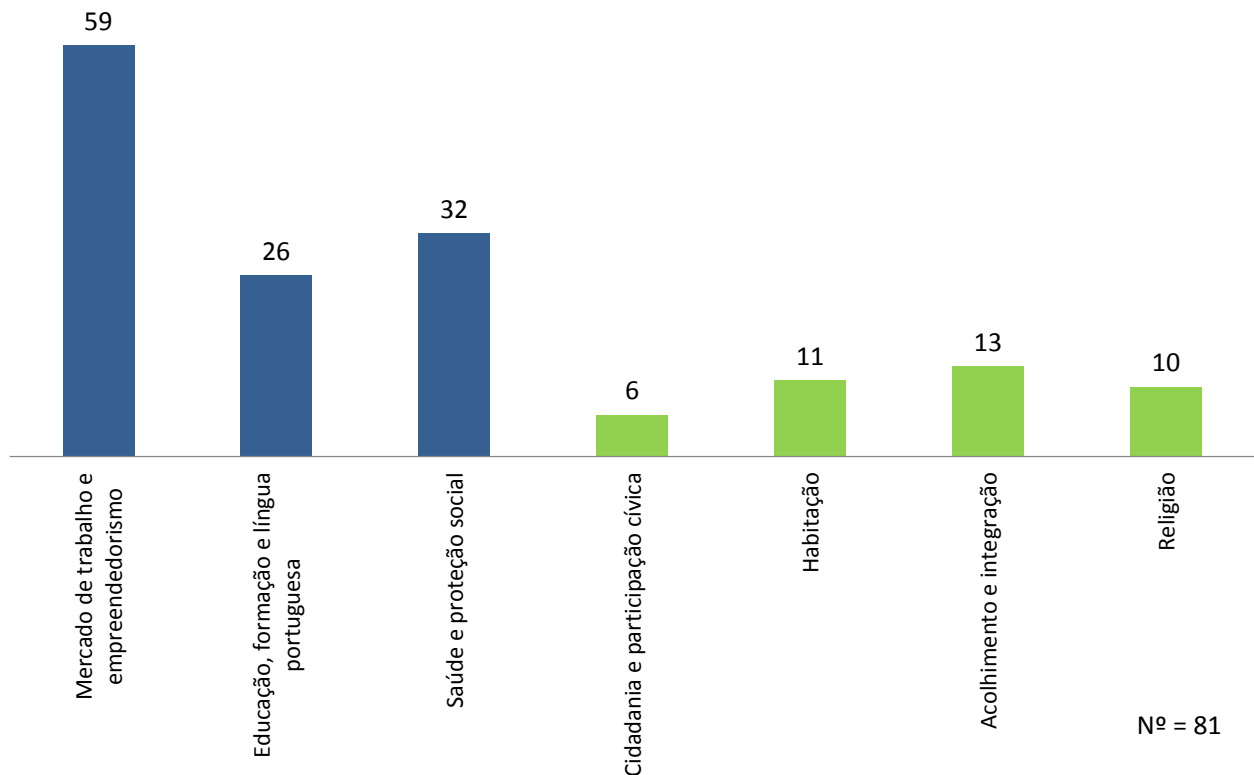
Nesta matéria a maioria dos inquiridos refere não ter sido alvo de discriminação (95,2%) em matéria de habitação. Ainda assim, 4 inquiridos referem que foram discriminados (4,8%), afirmando que existem discriminações nos processos de evangelização.

Excertos

“Quando vamos evangelizar nas ruas entramos nos estabelecimentos, já nos mandaram sair porta fora”

Por fim, quando questionados sobre as áreas prioritárias de intervenção futura nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã, os inquiridos sublinham em primeiro lugar o “Mercado de trabalho e empreendedorismo” (72,8%), seguido da “Saúde e proteção social” (39,5%) e da “Educação, formação e língua portuguesa” (32,1%).

Gráfico 26 - Áreas prioritárias de intervenção



No que se prende ainda com informação de base sobre os problemas e necessidades da população imigrante (nomeadamente oriunda de países terceiros) foram auscultados os parceiros locais através do método da “discussão em grupo (*focus-group*)”, os coordenadores dos 3 (três) CLAI de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos, bem como os vereadores com pelouros relevantes em Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos através de “entrevistas semiestruturadas.

Assim, no que diz respeito aos atores locais e regionais, auscultados em sede de *focus-group*, os problemas, necessidades e recursos locais existentes em 2015 incidem sobretudo nas áreas do “Mercado de Trabalho e Empreendedorismo”, “Educação e língua”, “Saúde”, “Capacitação e Formação”, “Solidariedade e Resposta Social”, “Serviços de Acolhimento e Integração”, “Serviços de Acolhimento e Integração”, “Urbanismo e Habitação” e “Racismo e Discriminação”. A reflexão produzida encontra-se plasmada na tabela seguinte.

Tabela 2: Problemas, necessidades e recursos para o acolhimento e integração de imigrantes - Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã 2015
(*focus group*)

Áreas	Problemas e necessidades	Intervenções / recursos atuais
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Desigualdades salariais entre trabalhadores estrangeiros e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT • Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF • IIEP e Gabinetes de Inserção Profissional • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • Empresas Locais - Sessões de sensibilização - realizadas por Entidades Reguladoras
	Desemprego ou emprego “desajustado” associado à dificuldade de reconhecimento de diplomas de habilitações	
	Exploração laboral (valor/hora; entidade patronal recebe para recrutar e delega no assalariado o pagamento da totalidade das contribuições legais, trabalho sem contrato)	
	Exploração por parte de angariadores e existência de redes de tráfico de seres humanos para fins laborais	
	Enquadramento legal pouco flexível (Lei da Imigração - 23/2007)	
	Trabalho sazonal	
Racismo e Discriminação	Existências de mitos sobre a imigração, dando origem a atitudes preconceituosas/xenófobas	<ul style="list-style-type: none"> • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • CNAI / ACM - formação na área dos “Mitos e Factos” e “Diálogo Intercultural

Áreas	Problemas e necessidades	Intervenções / recursos atuais
Educação e Língua	Horário de tradução telefónica insuficiente face a necessidades eventuais (eg., emergência médica)	<ul style="list-style-type: none"> • Embora exista uma resposta dada pelo ACM, esta resposta é insuficiente na medida em que só funciona de segunda a sexta entre as 9h e as 19h (serviço de tradução telefónica) • Processos de regularização e não língua • Escolas (bem preparadas e com uma visão multicultural) • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
	Inexistência de oferta formativa em cursos de Língua Portuguesa para Estrangeiros ano Letivo 2014/2015	
	Desigualdade de acesso a apoios sociais escolares (decorrente das regras de financiamento comunitário)	
	Absentismo e abandono escolar	
Solidariedade e Resposta Social	Dificuldade de atuar em situações de crise	<ul style="list-style-type: none"> • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • Juntas de Freguesia • Câmara Municipal - Serviço de Ação Social • IPSS • Movimentos Cívicos e Religiosos
	Inexistência de um serviço de acolhimento capaz de trabalhar ao nível de várias áreas	
	Problemas de comunicação linguística e cultural	
	Situações de carência económica	

Áreas	Problemas e necessidades	Intervenções / recursos atuais
Saúde	Trabalhadores sexuais sem acompanhamento na área da saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Saúde • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • CNAI - Gabinete de Saúde • CNAI - Serviço de tradução telefónica
	Dificuldade de acesso aos serviços de saúde por parte dos cidadãos em situação irregular	
	Necessidade de tradução de folhetos de informação médica	
	Alcoolismo	
	Higiene/saúde pública <i>versus</i> cultura	
	Barreira da língua	
Capacitação e Formação	Incongruência no fluxo de informação interna das instituições da área da saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Nacional de Apoio ao Imigrante - Gabinete de Educação • Ministério de Educação (Cooperação com Países de Origem) • Escolas (reconhecimento de habilitações até ao 12^a anos) • Centros de Formação • IEFP/GIP/UNAFEQ - Unidade de Apoio à Formação Emprego e Qualificação da CMTV
	Muitos cidadãos têm dificuldades em reconhecer os seus diplomas em Portugal (tradução de documentos com valores muito elevados, processos excessivamente burocráticos e morosos e ausência de discricionariedade técnica no processo)	
	Dificuldades de comunicação entre estabelecimentos de ensino	
	Pouca rentabilização da formação (de origem) dos cidadãos imigrantes	
	Necessidade de distinção/divulgação de processos de registo de grau, reconhecimento e equivalência	


Áreas	Problemas e necessidades	Intervenções / recursos atuais
Serviços de Acolhimento e Integração	Défice de divulgação apropriada nos e dos serviços públicos	<ul style="list-style-type: none"> • SEF • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • Serviços Públicos
	Receio, por parte dos cidadãos imigrantes em situação irregular em se dirigirem aos serviços públicos	
	Ausência de informação coerente entre os serviços públicos	
	Falta de articulação entre os serviços públicos tornando, assim, os processos muito mais burocráticos	
	Ausência de informação, por parte dos serviços públicos, no que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos imigrantes	
Urbanismo e Habitação	Sobrelotação e precariedade de alguns fogos habitacionais ocupados	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de Finanças (fiscalização) • Serviços de Inspeção Municipais • Delegação de Saúde Pública • Câmara Municipal - Serviço de Ação Social e Habitação
	Ocupação de espaços devolutos	
	Binómio mercado de arrendamento/compra	
	Arrendamento de habitação em condições precárias (“à cabeça”)	

No que se reporta aos resultados das entrevistas semiestruturadas a vereadores com pelouros relevantes, bem como aos coordenadores dos CLAI, resulta claro que os principais problemas/necessidades da população imigrante residente nos 3 (três) concelhos incidem fundamentalmente:

Tabela 3: Problemas, necessidades e recursos para o acolhimento e integração de imigrantes - Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã 2015 (entrevistas)

Problemas e necessidades	Recursos locais/regionais
<p>1) Reconhecimento e validação de competências (a autenticação dos diplomas é dispendiosa);</p> <p>2) Incompatibilidade legislativa/jurídica na atribuição de bolsas de estudo a alunos imigrantes que frequentam o ensino superior;</p> <p>3) Dificuldades no acesso à saúde, designadamente por parte dos imigrantes que estão em situação irregular (embora esteja contemplado o acesso gratuito a grávidas e menores de 12 anos, os exames têm de ser suportados na sua totalidade);</p> <p>4) Carências económicas;</p> <p>5) Défices de competências de organização pessoal e de cumprimento dos compromissos ao nível do atendimento no SEF;</p> <p>6) Precariedade no emprego, associado ao trabalho sazonal</p> <p>7) Mendicidade e suspeita de tráfico de seres humanos (trabalho);</p> <p>8) Desemprego;</p> <p>9) Incumprimento da legislação laboral, nomeadamente através da elaboração de contratos falsos, que o cidadão só tem conhecimento após uma situação de acidente de trabalho, desemprego ou consulta de historio na Segurança Social;</p> <p>10) Falta de informação dos serviços públicos sobre os direitos dos imigrantes e dos procedimentos (enquadramento legal da imigração legal). Os serviços agem de formas distintas. Não têm conhecimento dos despachos internos dos ministérios. Não existe uma linha de orientação coerente e comum entre serviços do mesmo ministério e varia de território para território;</p> <p>11) Sobrelotação das casas sem água e sem luz;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes • SEF • ACT • CNAI Lisboa • Serviços públicos como a Segurança Social, o Centro de Saúde, as Finanças, o Centro de Emprego (GIP) e Registo Civil

- 12) Os imigrantes não participam nas associações locais;
- 13) Necessidades básicas não resolvidas no acesso a serviços públicos - a tradução tem que ser 24 horas;
- 14) Dificuldade em resolver questões de regularização de cidadãos de nacionalidade angolana, pela impossibilidade de reunir a documentação necessária no país de origem;
- 15) Problemas com processos da CPCJ;
- 16) Necessidade de reforço da relação institucional com embaixadas e consulados.



3. Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes

5.1. Estratégia e sua Operacionalização

Tabela 4: Dimensão Estratégica do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Áreas	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Estratégias
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Melhorar as condições de trabalho e reduzir a precariedade laboral na população imigrante	<p>Grau de satisfação dos imigrantes em idade ativa com as suas condições laborais</p> <p>Número de reclamações/denúncias na ACT</p> <p>Disparidade entre o ganho médio mensal dos imigrantes empregados e o ganho médio mensal para os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos</p>	<p>Sensibilização</p> <p>Inspeção</p> <p>Informação</p> <p>Formação</p>
	Reforçar o incentivo ao empreendedorismo imigrante	<p>% de diplomados de cursos de empreendedorismo que criam o próprio negócio</p> <p>% de imigrantes trabalhadores por conta própria no total da população imigrante empregada</p>	<p>Informação</p> <p>Formação</p> <p>Tutoria</p>
Educação e Língua	Melhorar os níveis de conhecimento da língua portuguesa por parte dos imigrantes	% de diplomados em cursos de língua portuguesa face ao total de formandos	<p>Apoio telefónico</p> <p>Formação</p>
	Facilitar os processos de registo de grau, reconhecimento e equivalência qualificações	<p>Grau de satisfação dos imigrantes com a eficácia dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações</p> <p>Duração dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações</p> <p>Número de processos de reconhecimento de equivalências articulados com a DRE</p>	<p>Tradução</p> <p>Cooperação institucional</p>

Tabela 4: Dimensão Estratégica do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Estratégias
Cidadania e Participação Cívica	Reforçar os níveis de participação cívica dos imigrantes	Variação do nº de imigrantes inseridos em projetos de voluntariado % de imigrantes recenseados nas eleições autárquicas	Informação Sensibilização
Serviços de Acolhimento e Integração	Consolidar a atuação dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes	Grau de satisfação dos imigrantes com o atendimento nos CLAI	Divulgação Capacitação Descentralização Cooperação institucional
	Reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos de âmbito local e desconcentrados da Administração Central	Grau de satisfação dos imigrantes com a informação disponível nos serviços de acolhimento	Capacitação Mediação Descentralização
Solidariedade e Resposta Social	Reforçar a ação em rede dos agentes locais	Número de encontros interinstitucionais do Grupo Trabalho da Imigração % de imigrantes no apoio social no total dos pedidos de apoio da população imigrante	Cooperação institucional

Tabela 4: Dimensão Estratégica do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - conclusão

Áreas	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Estratégias
Cultura	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e educação	<p>Evolução anual do número de eventos multiculturais realizados e/ou de eventos que incluem esta temática, ainda que a mesma não seja o seu foco</p> <p>Evolução anual do número de projetos implementados na área da interculturalidade</p>	<p>Informação</p> <p>Sensibilização</p>
	Reforçar a formação para a interculturalidade	Volume de formação em interculturalidade (nº de horas)	Capacitação
Urbanismo e Habitação	Garantir a igualdade do acesso ao mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade	<p>Grau de satisfação dos imigrantes com as condições de habitabilidade e de acesso à habitação</p> <p>% de agregados familiares de imigrantes com acesso a habitação social no total dos requerentes deste tipo de habitação</p>	Sensibilização
Saúde	Garantir e melhorar o acesso dos imigrantes ao Sistema Nacional de Saúde	<p>Grau de satisfação dos imigrantes com o acesso e qualidade do Sistema Nacional de Saúde</p> <p>Competências adquiridas pelos técnicos na área da saúde em matérias consideradas relevantes (Balanços de competência inicial e final)</p>	<p>Divulgação</p> <p>Sensibilização</p> <p>Formação</p>

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Melhorar as condições de trabalho e reduzir a precariedade laboral na população imigrante	Aumentar os níveis de conhecimento das entidades empregadoras sobre a legislação laboral e a legislação em matéria de imigração	Ações de formação/Informação para entidades empregadoras	1	3 ações formação dirigidas às entidades empregadoras, até ao final de 2017	Nº de ações de formação realizadas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
					10 entidades empregadoras participantes por ação	Nº de entidades empregadoras participantes em cada ação	Entidades com responsabilidade e na matéria
		Reforçar a informação/formação a trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral	Formação na área da legislação laboral portuguesa	1	2 ações de formação, dirigidas aos trabalhadores imigrantes, até final de 2016	Nº de ações de formação realizadas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
					2 ações de formação (<i>follow up</i>), até final de 2017	Nº de ações de formação realizadas	
					10 trabalhadores imigrantes por ação	Nº de trabalhadores imigrantes inscritos por ação	Entidades com responsabilidade e na matéria
						Nº de trabalhadores imigrantes que concluíram as ações	

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Melhorar as condições de trabalho e reduzir a precariedade laboral na população imigrante		Criação de folhetos com informação útil sobre legislação laboral (em 3 línguas)	2	1500 folhetos informativos, até setembro de 2016	N.º de folhetos concebidos N.º de folhetos distribuídos	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; Entidades com responsabilidade na matéria
					2 ações de formação, na área do empreendedorismo, dirigidas aos cidadãos imigrantes, até final de 2016	Nº de ações de formação realizadas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras;
	Reforçar o incentivo ao empreendedorismo imigrante	Aumentar os níveis de conhecimento sobre as dinâmicas da criação do próprio negócio	Formação na área do empreendedorismo imigrante	2	2 ações de formação (<i>follow up</i>), até final de 2017	Nº de ações de formação realizadas	GIP/UNAFEQ (Unidade de Apoio à Formação e Emprego e Qualificação, da CMTV);
					10 cidadãos imigrantes por ação	Nº de cidadãos imigrantes inscritos nas ações de formação Nº de cidadãos imigrantes que concluíram as ações de formação	Entidades com responsabilidade na matéria

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e Língua	Melhorar os níveis de conhecimento da língua portuguesa por parte dos imigrantes	Aumentar a oferta diversificada, em cursos de língua portuguesa	Formação na área do português básico	2	4 cursos de português básicos para estrangeiros, de curta duração e em formato intensivo, até final de 2017	Nº de cursos realizados	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
					10 cidadãos imigrantes por ação	Nº de cidadãos imigrantes inscritos nos cursos Nº de cidadãos imigrantes que concluíram os cursos	Entidades com responsabilidade na matéria
		Reforçar as oportunidades de prática regular orientada da língua portuguesa	Conceção de material didático que promova a aprendizagem da Língua Portuguesa	2	500 Manuais de aprendizagem de português básico, até final de 2016	Nº de manuais concebidos Nº de manuais distribuídos	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
					500 CD interativo com exercícios em língua portuguesa, até final de 2017	Nº de CD concebidos Nº de CD distribuídos	Agrupamentos de Escolas de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e Língua	Facilitar os processos de registo de grau, reconhecimento e equivalência de qualificações	Reduzir os custos inerentes à tradução de documentos necessários para o reconhecimento das equivalências	Constituição de parceria local na área dos serviços de tradução documental.	1	Redução em 2% dos custos de tradução documental, até abril de 2016	Diferencial entre o custo tabelado e custo com a redução	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria
		Reforçar as relações institucionais com embaixadas e consulados	Criação de parcerias com Embaixadas e Consulados no sentido de estreitar relações	1	Estabelecimento de parceria com a Embaixada/ consulado de Brasil, Moldávia e Ucrânia, até julho de 2017	Nº de parcerias estabelecidas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; Entidades com responsabilidade e na matéria
		Melhorar a informação sobre o registo do grau, reconhecimento e equivalência	Criação de brochura com informação útil sobre o registo do grau, reconhecimento e equivalência	2	1.000 brochuras, até abril de 2017	Nº de brochuras concebidas Nº de brochuras distribuídas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; GIP/UNAFEQ (Unidade de Apoio à Formação e Emprego e Qualificação da CMTV)

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Serviços de Acolhimento e Integração	Consolidar a atuação dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes	Reforçar a capacidade de apoio humanitário a situações de pobreza extrema de imigrantes	Criação de equipas multissetoriais para intervir em situação de crise	1	1 equipa constituída, com técnicos de várias áreas, até setembro de 2017	Nº de técnicos e áreas de intervenção que constituem a equipa	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria
		Melhorar as competências dos coordenadores de CLAI	Formação em áreas diversas e serviços de tutoria/supervisão	2	5 ações de formação integrando os coordenadores dos CLAI nas formações internas dos diferentes serviços de acolhimento, até final de 2017	Nº de ações de formação realizadas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria
		Melhorar a capacidade operacional dos CLAI	Apoio na resolução de conflitos em diferentes áreas	2	Parceria com a entidade com competência na mediação de conflitos (laboral, familiar e escolar) estabelecida, até final de 2016	N.º de parcerias constituídas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Serviços de Acolhimento e Integração	Consolidar a atuação dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes	Descentralizar atendimentos	Implementação do serviço de itinerância dos CLAI	1	Estabelecimento de parcerias com as Juntas de Freguesia, 7 em Óbidos, 3 em Torres Vedras, 2 na Lourinhã, até final de 2016	N.º de parcerias constituídas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Juntas de Freguesia dos 3 concelhos
	Reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos de âmbito local e desconcentrados da Administração Central	Disponibilizar informação em diferentes línguas em determinados serviços, como Segurança Social, Hospital, Centros de Saúde, Centro de Emprego, entre outros	Criação de Guia de Recurso Local	2	1.500 Guias de Recursos Locais, até junho de 2017	Nº de Guias de Recursos Locais concebidas Nº de Guias de Recursos Locais distribuídas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria
		Aproximar o SEF aos cidadãos imigrantes	Atendimento descentralizado por parte do SEF	2	Parceria entre os Municípios e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com atendimento descentralizado de uma vez/mês, até final de 2017	Nº de Periodicidade/ atendimentos	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Solidariedade e Resposta Social	Reforçar a ação em rede dos agentes locais	Integrar o PIII nos PDS de cada concelho	Concertar o PIII com os PDS de cada concelho de forma sistematizada	1	Eixo de intervenção estratégica do PDS concelhio na área da integração de imigrantes, até abril de 2016	Nº eixos criados em PDS	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
		Consolidar o grupo de trabalho em cada CLAS focados na temática da imigração	Monitorizar o Plano	1	Encontros trimestrais, até ao final de 2017	Nº de encontros	Entidades com responsabilidade na matéria Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Parceiros institucionais
Cultura	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e educação	Mobilizar o tecido associativo para a realização de eventos interculturais	Formação na área da interculturalidade através das artes e da prática desportiva, dirigida às Direções/animadores / Programadores	2	1 curso na área da promoção e realização de projetos interculturais, até junho de 2017 10 cidadãos no curso	Nº de cursos realizados Nº de formandos inscritos Nº de formandos que concluíram o curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cultura	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e educação	Premiar iniciativas de promoção da interculturalidade através das práticas artísticas	Criação do Prémio Intermunicipal para a interculturalidade	2	Prémio Intermunicipal para a Interculturalidade criado até final de 2016	Nº de prémios	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
	Reforçar a formação para a interculturalidade	Melhorar as competências de profissionais de serviços públicos na área da interculturalidade	Formação em interculturalidade	2	2 ações de formação na área da interculturalidade, até final de 2016	Nº de ações de formação realizadas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras
					10 profissionais nas ações de formação	Nº de formandos inscritos Nº de formandos que concluíram as ações de formação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade e na matéria
Urbanismo e Habitação	Garantir a igualdade do acesso ao mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade	Mitigar as situações de sobrelotação de fogos	Sensibilizar para adequação entre tipologia do imóvel/número de habitantes	2	1500 panfletos de sensibilização para a área da igualdade do acesso ao mercado de arrendamento, até abril de 2017	Nº de panfletos concebidos Nº de panfletos distribuídos	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Saúde	Garantir e melhorar o acesso dos imigrantes ao Sistema Nacional de Saúde	Melhorar a informação de urgência disponíveis	Divulgar os serviços 112 e Saúde 24	2	1500 brochuras informativas, em três línguas diferentes (Inglês, russo e romeno), até junho de 2017	Nº de brochuras concebidas Nº de brochuras distribuídas	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria

Tabela 5: Dimensão Operacional do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - conclusão

Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e Participação Cívica	Reforçar os níveis de participação cívica dos imigrantes	Aumentar os níveis de participação de imigrantes nas eleições autárquicas	Campanhas de sensibilização para o recenseamento imigrante	2	1500 panfletos informativos, até junho de 2017	Nº de panfletos concebidos Nº de panfletos distribuídos Diferencial de nº de cidadãos imigrantes recenseados em 2013 e em 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria
		Aumentar os níveis de participação de imigrantes em atividades de voluntariado	Divulgar os Bancos Locais de Voluntariado junto da população imigrante	2	1500 panfletos informativos, até maio de 2016	Nº de panfletos concebidos Nº de panfletos distribuídos Diferencial de nº de cidadãos imigrantes inscritos nos Bancos de Voluntariado em 2014 e em 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria

5.2. Acompanhamento, Revisão e Avaliação

O processo de acompanhamento, revisão e avaliação do Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) residentes nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) está alicerçado num Sistema de Monitorização e Avaliação integrado, adiante designado por PIII M&A.

Este é um Sistema que visa apoiar as entidades promotoras do PIII (Municípios de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã) bem como as entidades parceiras do Plano no processo de prossecução dos objetivos e implementação das iniciativas planeadas, assegurando um regular acompanhamento das mesmas, bem como dos recursos acionados para a sua implementação e, ainda, dos resultados por elas gerados.

Neste contexto o PIII M&A tem por intuito avaliar o Plano na sua globalidade, bem como cada uma das suas componentes (estratégica e operacional) individualmente, recolhendo e organizando informação capaz de permitir retirar conclusões e apoiar a melhoria contínua da implementação do Plano.

O PIII M&A apoiará as entidades promotoras e parceiros a tomar as decisões, no presente e no futuro próximo, capazes de promover um aumento incremental da eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade dos investimentos efetuados.

PRINCÍPIOS

A implementação do PIII M&A terá em consideração um conjunto de princípios base:

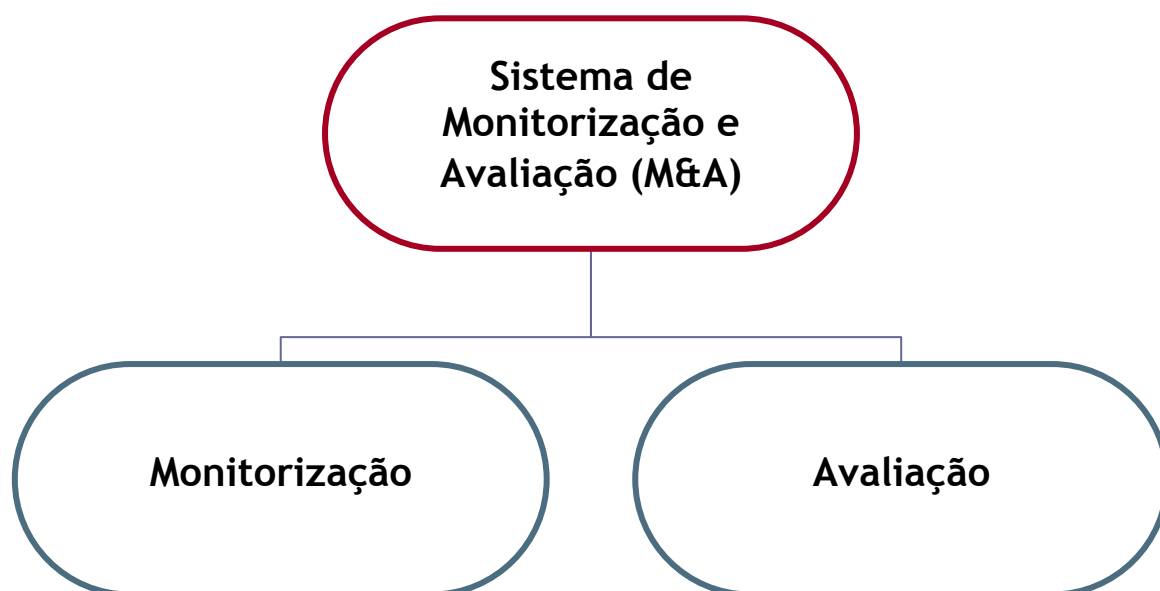
- Abordagem participativa e colaborativa;
- Diversidade na natureza da informação, utilizando indicadores qualitativos e quantitativos;
- Abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- Intenção clara e assumida de medir recursos, realizações, resultados e impactos/mudanças;
- Utilidade como princípio basilar, assegurando que nenhum momento de trabalho é desprovido de objetivo ou enfoque claro e que cada processo e momento tem um contributo tangível para o processo de monitorização e avaliação.

EIXOS

O PIII M&A apresenta uma estrutura bidimensional, que formaliza dois (2) eixos fundamentais do Sistema e através dos quais toda a estratégia de monitorização e avaliação é desenvolvida. Estes eixos permitem ainda organizar de forma mais eficiente os processos de recolha, tratamento e análise da informação.

Os eixos que constituem o PIII M&A são:

Figura 2: Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII
Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)



EIXO MONITORIZAÇÃO

Entende-se por monitorização o processo de acompanhamento integral e regular da aplicação dos recursos, da obtenção de realizações e da prossecução de objetivos.

Para a monitorização do PIII (2015-2017) será utilizada uma bateria de indicadores com o objetivo de facilitar a medição das realizações e dos resultados, e com uma periodicidade de reporte, em regra, semestral, a constar dos relatórios de progresso do Plano.

Os indicadores fornecem a informação quantificada da evolução da implementação Plano, expressando as realizações e resultados e a sua correspondência e com as iniciativas e os objetivos planeados. Permitem acompanhar e controlar a execução da estratégia do PIII (2015-

2017), através da identificação de problemas e estrangulamentos, ou pelo contrário, confirmar a correção e adequação das estratégias, das iniciativas e dos procedimentos seguidos.

A bateria de indicadores constitui, pois, um instrumento indispensável na tomada de decisão por parte das entidades promotoras e parceiras, servindo ainda o propósito de divulgação das realizações e dos resultados alcançados com a intervenção.

A alimentação da bateria de indicadores ocorrerá semestralmente, dando lugar à produção de **Relatórios de Progresso**, também eles semestrais, onde são sistematizadas as principais evidências de evolução da execução do PIII (2015-2017).

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de ações formação dirigidas às entidades empregadoras na área da legislação laboral em matéria de imigração	Nº	No final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de entidades empregadoras participantes por ação na área da legislação laboral e matéria de imigração	Nº	No final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de ações de formação, dirigidas aos trabalhadores imigrantes sobre direitos e deveres no domínio laboral	Nº	No final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de ações de formação (<i>follow up</i>), dirigidas aos trabalhadores imigrantes sobre direitos e deveres no domínio laboral	Nº	No final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº trabalhadores imigrantes inscritos, por ação sobre direitos e deveres no domínio laboral	Nº	No final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº trabalhadores imigrantes que concluíram, a ação sobre direitos e deveres no domínio laboral	Nº	No final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº de folhetos concebidos com informação útil sobre legislação laboral	Nº	Setembro de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de folhetos distribuídos, com informação útil sobre legislação laboral	Nº	Setembro de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de ações de formação, na área do empreendedorismo, dirigidas aos cidadãos imigrantes	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; GIP/UNAFEQ (Unidade de Apoio à Formação e Emprego e Qualificação, da CMTV); Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº cidadãos imigrantes inscritos por ação, na área do empreendedorismo imigrante	Nº	Final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; GIP/UNAFEQ (Unidade de Apoio à Formação e Emprego e Qualificação, da CMTV); Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº cidadãos imigrantes que concluíram a ação, na área do empreendedorismo imigrante	Nº	Final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº de cursos de português básico para estrangeiros, de curta duração e em formato intensivo	Nº	Final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº cidadãos imigrantes inscritos por curso de português básico	Nº	Final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº cidadãos imigrantes que concluíram o curso de português básico	Nº	Final de cada ação	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº de manuais concebidos de aprendizagem de português básico	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de manuais distribuídos de aprendizagem de português básico	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de CD concebidos de aprendizagem de português básico	Nº	Final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de CD distribuídos de aprendizagem de português básico	Nº	Final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de documentos adquiridos com redução de custos de tradução documental	Nº	Abril de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de parcerias com a Embaixada/ consulado de Brasil, Moldávia e Ucrânia, até julho de 2017	Nº	Julho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº brochuras concebidas com informação útil sobre registo de grau e reconhecimentos de equivalência	Nº	No final de abril de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº brochuras distribuídas com informação útil sobre registo de grau e reconhecimentos de equivalência	Nº	No final de abril de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de técnicos de várias áreas que constituem a equipa para intervir em situação de crise	Nº	Setembro de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Profissão Unidade territorial
	Nº de ações de formação integrando os coordenadores dos CLAI nas formações internas dos diferentes serviços de acolhimento	Nº	Final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de Parcerias com a entidade com competência na mediação de conflitos (laboral, familiar e escolar)	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de parcerias estabelecidas com as Juntas de Freguesia dos diferentes concelhos com vista ao serviço de itinerância dos CLAI	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de Guias de Recursos Locais concebidos	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de Guias de Recursos Locais distribuídos	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de atendimentos e periodicidade resultante da Parceria estabelecida entre os Municípios e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Nº	Final de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de eixos de intervenção estratégica criados no PDS concelhio na área da integração de imigrantes	Nº	Abril de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de encontros interinstitucionais do grupo de trabalho de imigração	Nº	Trimestral	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Parceiros do grupo	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de cursos na área da promoção e realização de projetos interculturais	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº de formandos inscritos no curso na área da promoção e realização de projetos interculturais	Nº	Final do curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de formandos que concluíram o curso na área da promoção e realização de projetos interculturais	Nº	Final do curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Nº de Prémio Intermunicipal para a Interculturalidade	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de ações de formação na área da interculturalidade	Nº	Final de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de formandos que concluíram a formação na área da interculturalidade	Nº	No final do curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de panfletos de sensibilização, concebidos, para a área da igualdade do acesso ao mercado de arrendamento	Nº	Abril de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de panfletos de sensibilização, distribuídos, para a área da igualdade do acesso ao mercado de arrendamento	Nº	Abril de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de brochuras informativas, concebidos, sobre serviços de urgência, em três línguas diferentes (Inglês, russo e romeno)	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de brochuras informativas, distribuídos, sobre serviços de urgência, em três línguas diferentes (Inglês, russo e romeno)	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Realização	Nº de panfletos informativos, sobre recenseamento imigrante	Nº	Junho de 2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Nº de panfletos informativos, sobre voluntariado	Nº	Maio de 2016	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Resultado	Grau de satisfação dos imigrantes em idade ativa com as suas condições laborais	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Número de reclamações/denúncias na ACT	Nº	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Profissão Nacionalidade Unidade territorial
	Disparidade entre o ganho médio mensal dos imigrantes empregados e o ganho médio mensal para os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos	Euros	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Ganho médio mensal dos imigrantes empregados – ganho médio mensal para os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos	Sexo Profissão Nacionalidade Unidade territorial
	% de diplomados de cursos de empreendedorismo que criam o próprio negócio	%	No final de cada curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras; GIP/UNAFEQ (Unidade de Apoio à Formação e Emprego e Qualificação, da CMTV); Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de imigrantes que concluem os cursos / Nº de imigrantes que participam nos cursos * 100	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) -
continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Resultado	% de imigrantes trabalhadores por conta própria no total da população imigrante empregada	%	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de imigrantes trabalhadores por conta própria / Nº de imigrantes empregados * 100	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	% de diplomados em cursos de língua portuguesa face ao total de formandos	%	No final de cada curso	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de imigrantes que concluem os cursos / Nº de imigrantes que participam nos cursos * 100	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Grau de satisfação dos imigrantes com a eficácia dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Duração dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações	Dias	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Número de processos de reconhecimento de equivalências articulados com a DRE	Nº	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) -
continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Resultado	Variação do nº de imigrantes inseridos em projetos de voluntariado	%	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	$\frac{\text{Nº de imigrantes inseridos em projetos de voluntariado no ano } x / \text{Nº de imigrantes inseridos em projetos de voluntariado no ano } (x-1)}{100}$	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	% de imigrantes recenseados nas eleições autárquicas	%	Data das eleições	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	$\frac{\text{Nº de imigrantes recenseados nas eleições autárquicas}}{\text{Nº de imigrantes } \geq 18 \text{ anos}} \times 100$	Sexo Nacionalidade Unidade territorial
	Grau de satisfação dos imigrantes com o atendimento nos CLAI	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Grau de satisfação dos imigrantes com a informação disponível nos serviços de acolhimento	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Resultado	% de imigrantes no apoio social no total dos pedidos de apoio da população imigrante	%	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de imigrantes com apoio social/Nº de imigrantes com apoio*100	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Número de encontros interinstitucionais do Grupo Trabalho da Imigração	Nº	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Evolução anual do número de eventos multiculturais realizados e/ou de eventos que incluem esta temática, ainda que a mesma não seja o seu foco	%	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de eventos multiculturais realizados no ano x / Nº de eventos multiculturais realizados no ano (x-1) *100	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Evolução anual do número de projetos implementados na área da interculturalidade	%	Anual	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de projetos implementados na área da interculturalidade no ano x / Nº de projetos implementados na área da interculturalidade no ano (x-1) *100	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) -
continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Resultado	Volume de formação em interculturalidade (nº de horas)	Nº	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Unidade territorial
	Grau de satisfação dos imigrantes com as condições de habitabilidade e de acesso à habitação	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	% de agregados familiares de imigrantes com acesso a habitação social no total dos requerentes deste tipo de habitação	%	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Nº de agregados familiares de imigrantes com acesso a habitação social / Nº de agregados familiares que requerem habitação social *100	Unidade territorial
	Competências adquiridas pelos técnicos na área da saúde em matérias consideradas relevantes (Balanços de competência inicial e final)	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Profissão Unidade territorial
	Grau de satisfação dos imigrantes com o acesso e qualidade do Sistema Nacional de Saúde	Escala	No final do PIII 2015-2017	Municípios de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras Entidades com responsabilidade na matéria	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Contexto	População residente	Nº	Anual	CLAII	Não aplicável	Sexo Grupo etário Nacionalidade Unidade territorial
	Densidade populacional	Hab/Km ²	Anual	CLAII	Habitantes / Área	Unidade territorial
	Proporção de estrangeiros residentes em Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos	%	Anual	CLAII	Estrangeiros / Total da população	Unidade territorial
	Taxa de crescimento efetivo	%	Anual	CLAII	Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10 ²) ou 1000 (10 ³) habitantes)	Unidade territorial
	Taxa de crescimento natural	%	Anual	CLAII	Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10 ²) ou 1000 (10 ³) habitantes).	Unidade territorial

Tabela 6: Bateria de Indicadores do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) - continuação

Tipo de indicador	Designação	Unidade de medida	Periodicidade	Responsável	Fórmula de cálculo	Variáveis de desagregação
Contexto	Taxa de crescimento migratório	%	Anual	CLAII	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10 ²) ou 1000 (10 ³) habitantes).	Unidade territorial
	Taxa de desemprego na população estrangeira	%	Anual	CLAII	Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.	Sexo Grupo etário Nacionalidade



EIXO AVALIAÇÃO

No caso da dimensão Avaliação o objetivo é responder a um conjunto de questões que se revelam fundamentais para a total compreensão dos processos de planeamento, operacionalização e implementação do PIII (2015-2017), seguindo uma abordagem aos resultados alcançados.

As questões de avaliação estão organizadas por critérios de valor, tendo por base os comumente considerados na vasta literatura sobre avaliação, ou seja:

- Relevância
- Eficiência
- Eficácia
- Impacto
- Sustentabilidade

A avaliação funcionará de forma complementar com a dimensão Monitorização, pelo que toda a informação que será recolhida semestralmente é objetivamente informação relevante para a dimensão Avaliação.

Para o efeito define-se uma estratégia de avaliação externa e independente, mediante a aplicação de procedimento concursal público no ano de 2017, com vista à contratação de perito para realização do exercício avaliativo. Para o efeito, o mesmo deverá dar resposta cabal aos Termos de Referência (TdR) elaborados (Anexo 4).

Dos TdR destacam-se, naturalmente, as questões de avaliação às quais se pretende que o avaliador dê respostas inequívocas, concisas e robustas.

Os produtos fundamentais do processo de avaliação serão o **Relatório Final de Avaliação** e o respetivo **Sumário Executivo**.

Tabela 7: Questões de avaliação do Sistema de Monitorização e Avaliação do PIII Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017)

Critério de valor	Questão de avaliação
Relevância	O diagnóstico que suportou a estratégia global do PIII 2015-2017 era robusto, credível, multidimensional e atual?
	A constituição da parceria do PIII 2015-2017 foi relevante face aos objetivos e iniciativas do mesmo?
	Os objetivos e resultados esperados contribuíram para resolver as situações-problema identificadas no diagnóstico?
Eficiência	Os objetivos e resultados do PIII 2015-2017 foram alcançados a um custo razoável?
	Os objetivos e resultados do PIII 2015-2017 foram alcançados utilizando recursos adequados?
Eficácia	Os objetivos e resultados do PIII 2015-2017 foram alcançados?
	O PIII 2015-2017 abrangeu os destinatários a que se propunha inicialmente?
Impacto	O PIII 2015-2017 contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população imigrante?
Sustentabilidade	Os benefícios gerados pelo PIII 2015-2017 junto dos destinatários têm condições para se manterem após 2017?
	Existe motivação por parte das entidades parceiras para a continuidade dos benefícios gerados pelo PIII 2015-2017?

5.3. Modelo de Governação

A perspetiva integrada e participativa de planeamento, execução, monitorização e avaliação do Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) residentes nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã (2015-2017) implica um adequado enquadramento institucional e um exigente processo de validação, acompanhamento e comunicação do Plano e dos seus resultados.

O planeamento, execução, monitorização e avaliação do Plano têm, assim, como suporte o seguinte quadro organizativo:

- Promoção e acompanhamento político do Plano: Vereadores(as) com pelouro relevante;
- Promoção e acompanhamento técnico do Plano: CLAI de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã;
- Validação do Plano: Câmaras Municipais de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã;
- Parecer sobre o Plano: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã;
- Comunicação institucional do Plano: Plataforma Supraconcelhia da Rede Social e Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM).

Simultaneamente, o PIII (2015-2017) será amplamente divulgado junto das comunidades imigrantes (designadamente, as de imigrantes nacionais de países terceiros) bem como junto da comunidade portuguesa de acolhimento, através da divulgação de material síntese do Plano (traduzido em várias línguas) disponíveis em diversos serviços públicos, da disponibilização dos mesmos (bem como da versão integral do Plano) nos *websites* das entidades promotoras e parceiras, comunicados de imprensa e, ainda, informação direta aos imigrantes da responsabilidade dos CLAI e dos parceiros relevantes.

4. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010 -2013), Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, Diário da República, 1.ª série — N.º 182 — 17 de Setembro de 2010, pp. 4097-4116.

Imigração em Números - Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal - Relatório Estatístico Decenal de 2014, do Observatório das Migrações.

Alto Comissariado para as Migrações - www.acm.gov.pt



5. Anexos e Apêndices

Anexo 1 – Listagem de entidades parceiras

- Junta de Freguesia de A-dos-Negros (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Gaeiras (Óbidos)
- Junta de Freguesia Usseira (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Vau (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Amoreira (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Santa Maria São Pedro e Sobral da Lagoa (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Olho Marinho (Óbidos)
- Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros (Lourinhã)
- Junta de Freguesia S. Bartolomeu e Moledo (Lourinhã)
- União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia (Lourinhã)
- Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente (Lourinhã)
- Junta de Freguesia de Miragaia e Marteleira (Lourinhã)
- Junta de Freguesia de Ribamar (Lourinhã)
- Junta de Freguesia de Silveira (Torres Vedras)
- Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melicias (Torres Vedras)
- Agrupamento de Escolas Madeira Torres (Torres Vedras)
- Junta de Freguesia S. Pedro e Santiago, Santa Maria do Castelo e S. Miguel e Matacães (Torres Vedras)
- Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul (Torres Vedras)
- Casa do Brasil Lisboa
- Junta de Freguesia de Ponte do Rol (Torres Vedras)
- CAERO - Centro de Apoio ao Empresário (Torres Vedras)
- Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira (Torres Vedras)
- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões (Torres Vedras)
- Junta de Freguesia de Dois Portos e Runa (Torres Vedras)
- Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira (Torres Vedras)
- Junta de Freguesia do Ramalhal (Torres Vedras)
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Anexo 2 – Listagem de entidades participantes no *focus group* de diagnóstico

- Centro Social Paroquial de Moita dos Ferreiros
- Centro Social Paroquial Santo António Campelos
- Centro de Saúde de Torres Vedras
- Centro de Saúde de Lourinhã
- Comunidade Vida e Paz
- Centro Social Paroquial do Reguengo Grande
- Autoridade Tributária
- Freguesia Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
- Guarda Nacional Republicana de Torres Vedras
- Guarda Nacional Republicana de Óbidos
- Polícia de Segurança Pública de Torres Vedras
- Freguesia do Ramalhal
- Santa Casa da Misericórdia
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Del. Santarém)
- Freguesia Amoreira
- Escola de Serviços Comércio do Oeste
- Centros para a Qualificação e Ensino Profissional Lourinhã
- Freguesia Reguengo Grande
- Freguesia Moita Ferreiros
- TRANSFORMA
- Junta de Freguesia Atalaia
- Câmara Municipal da Lourinhã
- Junta de Freguesia Ribamar
- Junta de Freguesia Vimeiro
- Junta de Freguesia Olho Marinho
- Junta de Freguesia de Campelos e Outeiro
- ISS, IP - Centro Distrital de Lisboa
- Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas - APECI - Torres Vedras
- Lar São José - SAD

Anexo 3 – Estrutura do inquérito por questionário aplicado a imigrantes

INTRODUÇÃO

O presente questionário enquadra-se no processo de elaboração do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes dos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã, o qual é apoiado pelo Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT).

A opinião que os imigrantes têm sobre o seu processo de acolhimento e integração é fundamental para os Municípios de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã, de forma a ajustar as iniciativas que desenvolve às expectativas e necessidades da população imigrante.

Toda a informação que disponibilizar será confidencial e apenas servirá os propósitos enunciados.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade para colaborar neste processo.

CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

Nesta página do questionário pretende-se recolher informação de âmbito pessoal, que permita caracterizar o inquirido.

*** 1. Qual o sexo do inquirido?**

*** 2. Qual a idade do inquirido? (deverá ser superior a 18 anos)**

*** 3. Qual a nacionalidade e naturalidade do inquirido?**

Nacionalidade

Naturalidade

*** 4. Qual o ano de chegada a Portugal?**

5. Qual o estatuto legal de residência em Portugal?

- ☐ ARTemporária
- ☐ ARPermanente
- ☐ AR caducada
- ☐ Visto
- ☐ Visto caducado
- ☐ Sem visto
- ☐ Outra (especifique)

6. Qual a composição do agregado familiar do inquirido?

- ☐ Vive sozinho
- ☐ Conjuge
- ☐ Conjuge e filho(s)
- ☐ Filho(s)
- ☐ Outro (especificar)

7. Qual a morada (atual e anterior) do inquirido?

Cidade/lugar atual

Cidade/lugar anterior

8. Qual o motivo de imigração do inquirido?

- ☐ Trabalho
- ☐ Reagrupamento familiar
- ☐ Estudo/investigação
- ☐ Outro (especifique).

9. Que tipo de contactos mantém o inquirido com o país de origem?

Envio de remessas

Férias

Contactos telefónicos e
em suporte informático

Outro (especifique)

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação perante o trabalho dos inquiridos, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

10. Qual a situação perante o trabalho do inquirido?

- ☐ Empregado
- ☐ Desempregado
- ☐ Estudante
- ☐ Reformado
- ☐ Inativo

11. Se está empregado, indicar se é:

- ☐ Trabalhador por conta própria
- ☐ Trabalhador por conta de outrem

12. Se está empregado especificar:

Profissão	<input type="text"/>
Entidade patronal	<input type="text"/>
Tipo de vínculo	<input type="text"/>
Localidade	<input type="text"/>
Salário mensal	<input type="text"/>

13. Se está desempregado, indicar o principal motivo.

- ☐ Despedido
- ☐ Despediu-se
- ☐ Despedimento por mútuo acordo
- ☐ Fim trabalho não permanente
- ☐ Outro (especifique)

14. O inquirido já foi alvo de discriminação laboral?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de educação, formação e conhecimento da língua portuguesa, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

15. Qual o nível de escolaridade do inquirido?

- ☐ Não sabe ler nem escrever
- ☐ 1º Ciclo do Ensino Básico
- ☐ 2º Ciclo do Ensino Básico
- ☐ 3º Ciclo do Ensino Básico
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Ensino Pós-secundário
- ☐ Ensino Superior

16. Qual o nível de conhecimento/domínio da língua portuguesa?

Nulo	Fraco	Suficiente	Bom	Muito bom
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Qual o nível de satisfação do inquirido face a:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Processo de reconhecimento/equivalência de habilitações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Ajustamento entre qualificações e atividade profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Ajustamento entre qualificações e remuneração salarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso ao sistema de ensino e formação português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a formação em língua portuguesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Apoios específicos na área da educação e formação (eg. bolsas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

18. O inquirido já foi alvo de discriminação no sistema de educação e formação português?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de acesso à saúde e proteção social, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

19. O inquirido já beneficiou de cuidados de saúde em Portugal?

- ☐ Sim
☐ Não

Se respondeu "Sim", indique o tipo de cuidados (primários, hospitalares ou continuados)

20. O inquirido já beneficiou de benefícios sociais?

- ☐ Sim
☐ Não

Se respondeu "Sim", indique o tipo de benefícios(subsídios, respostas sociais, acompanhamento e encaminhamento, etc.)

21. Qual o nível de satisfação do inquirido face a:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Acesso a cuidados primários de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a cuidados hospitalares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a cuidados continuados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a benefícios sociais pecuniários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a respostas sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Qualidade do atendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Facilidade de conhecimento das regras de acesso aos serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

22. O inquirido já foi alvo de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social portugueses?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de cidadania e participação cívica, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

23. O inquirido faz parte de alguma associação (de imigrantes, cultural, de recreio, desportiva, etc.)?

- ☐ Sim
☐ Não

Se respondeu "Sim", especifique a associação.

24. O inquirido pode votar em Portugal?

- ☐ Sim
☐ Não

25. Se respondeu "Sim", indique se:

- ☐ Vota regularmente
☐ Não vota regularmente

Se respondeu "Não vota regularmente", especifique o motivo.

26. O inquirido desenvolve alguma atividade de voluntariado?

- ☐ Sim
☐ Não

Se respondeu "Sim", especifique qual a atividade.

27. O inquirido assume algum cargo de dirigente?

- ☐ Sim
☐ Não

Se respondeu "Sim", especifique qual.

28. Qual o nível de satisfação do inquirido face a:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Informação sobre o sistema eleitoral português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Forma como os partidos políticos tratam as questões de imigração em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Facilidade de adesão a um partido político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Forma como, ao nível local, os partidos políticos tratam as questões da imigração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Facilidade de adesão a uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Facilidade de criação de uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Forma como as associações locais integram os imigrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

29. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de cidadania e participação cívica?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

CULTURA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de cultura, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

30. No país de origem, o inquirido:

	Sim	Não
Praticava com regularidade atividades culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Sim", especifique.	<input type="text"/>	
Usufruia com regularidade de atividades culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Sim", especifique.	<input type="text"/>	

31. Em Portugal, o inquirido:

	Sim	Não
Pratica com regularidade atividades culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Sim", especifique.	<input type="text"/>	
Usufui com regularidade de atividades culturais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Sim", especifique.	<input type="text"/>	

32. Qual o nível de satisfação do inquirido face a:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Forma como as associações culturais locais envolvem os imigrantes nas suas atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Forma como o município envolve os imigrantes nas suas atividades culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Possibilidade de os imigrantes organizarem as suas próprias atividades culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Interesse por parte da sociedade de acolhimento em participar em atividades organizadas por imigrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

33. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de acesso à cultura?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

HABITAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de habitação, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

34. Qual o tipo de habitação em que reside o inquirido?

- ☐ Casa própria (adquirida no mercado livre de habitação)
- ☐ Casa arrendada (alugada no mercado livre de arrendamento)
- ☐ Habitação social
- ☐ Outra

35. Qual o nível de satisfação do inquirido face a:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Aquisição de habitação própria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Arrendamento de habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Acesso a habitação social/habitação a custos controlados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Qualidade e conforto habitacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Relações de vizinhança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Qualidade e manutenção dos espaços comuns (dentro dos prédios)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Qualidade dos espaços envolventes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

36. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de habitação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de acolhimento e integração, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

37. Qual o nível de satisfação do inquirido face aos serviços prestados pelas seguintes entidades:

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Segurança Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Centro de Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Centro de Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Hospital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Registo civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				
Tribunal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.				
<input type="text"/>				

	Nada satisfeito	Medianamente satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Instituição de solidariedade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.

Junta de freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.

CLAII	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Se respondeu "Nada satisfeito" ou "Medianamente satisfeito" indique o principal motivo.

38. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de serviços de acolhimento e integração?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

39. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de acolhimento e integração por parte da comunidade portuguesa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

RELIGIÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação dos inquiridos em matéria de práticas religiosas, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

40. Qual a religião do inquirido?

- ☐ Católica
- ☐ Ortodoxa
- ☐ Protestante
- ☐ Outra cristã
- ☐ Judaica
- ☐ Muçulmana
- ☐ Outra não cristã
- ☐ Sem religião

41. Existem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa do inquirido?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Não", indique se esta é uma questão relevante.

42. O inquirido já foi alvo de discriminação em matéria de práticas religiosas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

INICIATIVAS FUTURAS RELEVANTES

Nesta página do questionário pretende-se que o inquirido indique eventuais medidas relevantes a adotar no âmbito do PMII 2015-2017.

43. Quais as iniciativas que o inquirido considera urgentes?

Mercado de trabalho e
empreendedorismo

Educação, formação e
língua portuguesa

Saúde e proteção social

Cidadania e participação
cívica

Habituação

Acolhimento e integração

Religião

Anexo 4 – Termos de Referência (TdR) para a avaliação ex-post do Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes dos concelhos de Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã 2015-2017

Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos

Avaliação Ex-post

Termos de referência (TdR)

Cláusula 1ª

Especificações do objeto de avaliação

O Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos (PIII 2015-2017) tem como objetivo conceber uma estratégia integrada de acolhimento e integração de imigrantes, designadamente, de nacionais de países terceiros. Especificamente, o PIII 2015-2017 procura consolidar a intervenção intermunicipal em matérias como: i) mercado de trabalho e empreendedorismo; ii) educação e língua; iii) cidadania e participação cívica; iv) serviços de acolhimento e integração; v) solidariedade e resposta social; vi) cultura; vii) urbanismo e habitação; e iv) saúde.

O PIII 2015-2017 é um plano promovido pelos Municípios de Torres Vedras, Lourinhã e Óbidos (juntamente com uma parceria alargada de atores locais e regionais) e co-financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), através do FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Países Terceiros.

Cláusula 2ª

Tipo de avaliação

O PIII 2015-2017 terá um momento avaliativo de carácter final e sumativo, designado por avaliação *ex-post*.

Cláusula 3ª

Objectivo da avaliação

A avaliação do PIII 2015-2017 visa proceder a um balanço final, rigoroso, robusto, credível sobre os resultados finais do Plano, com identificação das principais dificuldades e potencialidades de iniciativas deste tipo e, ainda, com a sinalização de boas práticas e lições para o futuro em matéria de políticas locais para o acolhimento e integração de nacionais de países terceiros.

Cláusula 4ª

Critérios de valor

A avaliação *ex-post* do PIII 2015-2017 visa dar resposta a critérios de relevância, eficácia, sustentabilidade e impacto.

Cláusula 5ª

Áreas de avaliação

A avaliação *ex-post* do PIII 2015-2017 visa proceder a um/a:

1. Caraterização / diagnóstico da situação do(s) grupo(s)-alvo sobre o qual o Plano intervém (aprofundamento do diagnóstico existente);
2. Análise da teoria de mudança subjacente ao Plano, e avaliação da pertinência dos objetivos do PIII 2015-2017 à luz do diagnóstico realizado;
3. Análise da dinâmica e mais-valia da parceria do Plano;
4. Análise final da execução física do Plano, identificando dificuldades e recomendando soluções;
5. Avaliação dos resultados finais (*outcomes*) do Plano junto dos beneficiários;
6. Avaliação das possibilidades reais de sustentabilidade do Plano, ou seja, das iniciativas e dinâmicas criadas durante a sua implementação.

Cláusula 6ª

Metodologia

A metodologia a desenvolver para dar resposta aos critérios de valor, bem como às áreas de avaliação, é da responsabilidade de uma equipa interna, devendo a mesma ser selecionada no quadro da parceria estabelecida aquando do desenho do Plano.